

## **Aula 07**

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo  
Estratégico de Noções de Direito  
Processual Civil - 2025 (Pós-Edital)*

Autor:

**Thaís de Cássia Rumstain**

11 de Junho de 2025

# ATOS PROCESSUAIS E NULIDADES

## Sumário

O que é mais cobrado dentro do assunto? .....	1
Roteiro de revisão e pontos do assunto que merecem destaque .....	2
<i>OBS: Se o ato relativo a processo em curso na justiça federal ou em tribunal superior houver de ser praticado em local onde não haja vara federal, a carta poderá ser dirigida ao juízo estadual da respectiva comarca. ....</i>	
Questões estratégicas.....	35
Questionário de revisão e aperfeiçoamento .....	44
Perguntas: Atos Processuais.....	44
Perguntas: Nulidades Processuais.....	46
Perguntas com respostas: Atos Processuais.....	47
Perguntas com respostas: Nulidades Processuais.....	53
Lista de Questões Estratégicas .....	59
Gabarito .....	63

## O QUE É MAIS COBRADO DENTRO DO ASSUNTO?

A análise refere-se ao período de 2020 a 2025, abrangendo provas realizadas pela banca **Instituto AACP**, exclusivamente para o **nível superior**.

Considerando os tópicos que compõem o nosso assunto, possuímos a seguinte distribuição percentual

Tópico		% de cobrança Instituto AACP
Da Forma, do Tempo e do Lugar dos Atos Processuais (arts. 188 a 235)	Da Forma dos Atos Processuais (arts. 188 a 211)	25,00%
	Do Tempo e Do Lugar dos Atos Processuais (arts. 212 a 217)	0,00%
	Dos Prazos (arts. 218 a 235)	50,00%



Da Comunicação dos Atos Processuais (arts. 236 a 275)	Da Citação (arts. 238 a 259)	12,50%
	Das Cartas (arts. 260 a 268)	0,00%
	Das Intimações (arts. 269 a 275)	0,00%
Das Nulidades (arts. 276 a 283)		12,50%

## ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE



1. **Necessário fazer a leitura do Livro IV, do Código de Processo Civil e que trata dos Atos Processuais. O livro será dividido em capítulos, e nos seguintes temas:**

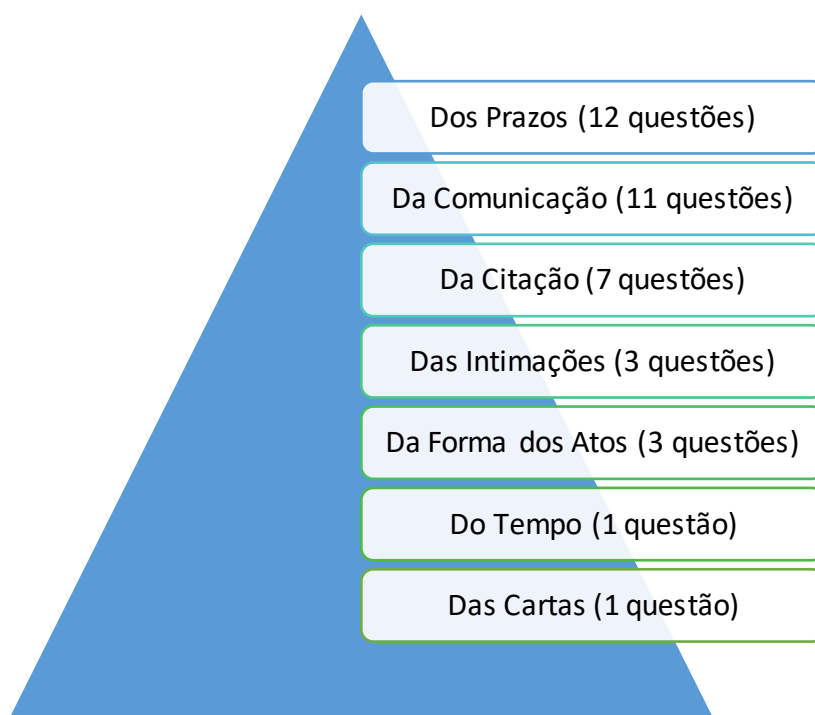
- Dos Atos em Geral – **Artigos 188 a 192**
- Da Prática Eletrônica de Atos Processuais – **Artigos 193 a 199**
- Dos Atos das Partes – **Artigos 200 a 202**
- Dos Pronunciamentos do Juiz – **Artigos 203 a 205**
- Dos Atos do Escrivão ou do Chefe de Secretaria – **Artigos 206 a 211**
- Do Tempo – **Artigos 212 a 216**
- Do Lugar – **Artigo 217**
- Dos Prazos – **Artigos 218 a 232**
- Da Verificação dos Prazos e das Penalidades – **Artigos 233 a 235**
- Da Comunicação dos Atos – **Artigos 236 e 237**
- Da Citação – **Artigos 238 a 259**
- Das Cartas – **Artigos 260 a 268**
- Das Intimações – **Artigos 269 a 275**

*Observação: Deixamos de fora o tópico das Nulidades, que será tratado em outro relatório.*



2. Como visto, são muitos os artigos envolvidos nesse relatório, então, destacamos como prioritários, os seguintes temas, selecionados de acordo com a quantidade de questões cobradas pela banca, no período de 2016 a 2019 e, considerando apenas o seu cargo/nível:

- Dos Prazos – Artigos 218 a 232
- Da Comunicação dos Atos – Artigos 236 e 237
- Da Citação – Artigos 238 a 259
- Das Intimações – Artigos 269 a 275
- Dos Atos em Geral – Artigos 188 a 192
- Do Tempo – Artigos 212 a 216
- Das Cartas – Artigos 260 a 268



3. Veja que 78,95% das questões da sua banca se concentrou nos artigos 218 a 232; 236 e 237 e 238 a 259, portanto dê especial atenção a esses artigos, compreendendo as regras neles estabelecidas.

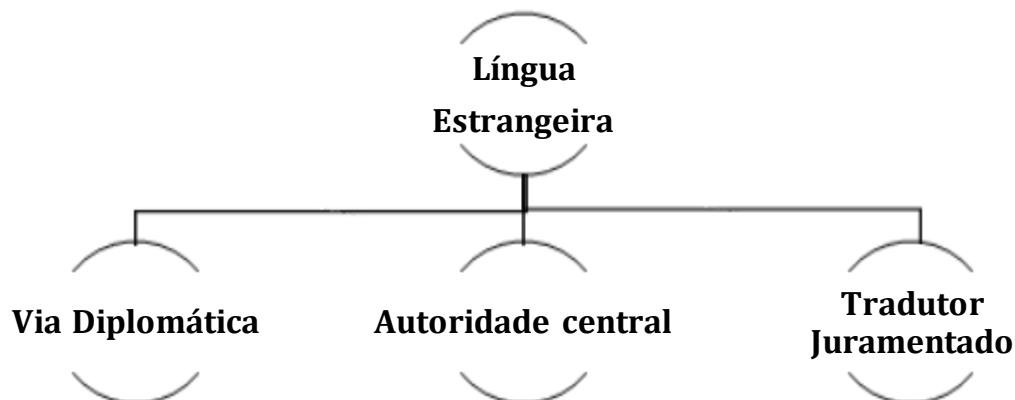
4. No tocante à forma dos atos, verifique:

- De acordo com o CPC, os atos e termos do processo **não dependem de forma determinada**, salvo quando a lei assim exigir e o CPC exige que todos os atos do processo sejam em **língua portuguesa**, sendo que o documento redigido em **língua estrangeira** somente poderá ser



juntado aos autos quando acompanhado de versão para a língua portuguesa tramitada por **via diplomática** ou **pela autoridade central**, ou **firmada por tradutor juramentado**.

**Obs.:** o CPC/73 falava que os processos deveriam estar em **vernáculo**, então, se cair isso na sua prova, saiba que esta palavra significa que ele deve estar em nossa língua.



- Como o processo, em regra, não depende de forma determinada, ainda que a parte não seja intimada de algum ato processual, **caso ela espontaneamente compareça**, não haverá qualquer vício no processo.
- Em regra, os atos processuais são públicos, mas o CPC diz que **alguns tramitarão em segredo de justiça** e esses somente poderão ser **consultados pelas partes ou por seus procuradores**, contudo, aquele que demonstrar interesse jurídico pode requerer ao juiz certidão do dispositivo da sentença, bem como de inventário e de partilha resultantes de divórcio ou separação.

## Os processos são públicos

- Alguns tramitarão em segredo de justiça.

## Segredo de Justiça

- Podem ser consultados:
  - 1) Pelas partes e
  - 2) Por seus procuradores
- Obs: aquele que demonstrar interesse jurídico pode requerer ao juiz certidão do dispositivo da sentença, bem como de inventário e de partilha resultantes de divórcio ou separação.

### Quais são os casos de segredo de Justiça previstos no CPC?

- ✚ em que o exija o interesse público ou social



- ✚ que versem sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos e guarda de crianças e adolescentes
- ✚ em que constem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade
- ✚ que versem sobre arbitragem, inclusive sobre cumprimento de carta arbitral, desde que a confidencialidade estipulada na arbitragem seja comprovada perante o juízo

## 5. É possível modificar um procedimento previsto no CPC?

- Sim! **Desde que as partes sejam plenamente capazes e se a causa versar sobre direitos que admitam a autocomposição**, é possível que as partes convençionem mudanças no procedimento sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo, sendo que o juiz, mediante requerimento ou de ofício, controlará o que foi pactuado, recusando-lhes aplicação somente nos casos de nulidade ou de inserção abusiva em contrato de adesão ou em que alguma parte se encontre em manifesta situação de vulnerabilidade.
- De comum acordo, o juiz e as partes podem fixar calendário para a prática dos atos processuais, quando for o caso. O calendário vincula as partes e o juiz, e os prazos nele previstos somente serão modificados em casos excepcionais, devidamente justificados.

### IMPORTANTE!!!

- **Dispensa-se a intimação das partes** para a prática de ato processual ou a realização de audiência cujas datas tiverem sido designadas no calendário.
- Ora, se a parte já conhece quais são os prazos e se quem trabalha no Tribunal não, já que os prazos foram convençionados, não há que se falar em intimação.

## 6. No tocante aos atos eletrônicos, embora seja um tema não explorado pela banca, cada vez mais ele vem sendo cobrado em provas de cargos de Tribunais.

- Vamos falar um pouco sobre os atos eletrônicos, o primeiro cuidado é que o CPC diz que eles **poderão ser totalmente ou parcialmente eletrônicos**. Cuidado na hora da prova, caso o examinador diga que sempre deverão ser eletrônicos.
- Os sistemas de automação processual respeitarão a publicidade dos atos, o acesso e a participação das partes e de seus procuradores, inclusive nas audiências e sessões de julgamento, observadas as garantias da disponibilidade, independência da plataforma computacional, acessibilidade e interoperabilidade dos sistemas, serviços, dados e informações que o Poder Judiciário administre no exercício de suas funções.



O registro de ato processual eletrônico deverá ser feito em padrões abertos, que atenderão aos requisitos:

- Autenticidade
- Integridade
- Temporalidade
- Não repúdio
- Conservação
- Conservação
- Quando tiver segredo de justiça, ainda confidencialidade, observada a infraestrutura de chaves públicas unificada nacionalmente, nos termos da lei.

### Regras importantes sobre os atos eletrônicos

**Compete ao Conselho Nacional** de Justiça e, **supletivamente, aos tribunais**, regulamentar a prática e a comunicação oficial de atos processuais por meio eletrônico e velar pela compatibilidade dos sistemas, disciplinando a incorporação progressiva de novos avanços tecnológicos e editando, para esse fim, os atos que forem necessários, respeitadas as normas fundamentais do CPC.

**Cuidado!**

**1º é o CNJ**

**2º são os Tribunais, de forma suplementar**

Os tribunais divulgarão as informações constantes de seu sistema de automação em página própria na rede mundial de computadores, gozando a divulgação de presunção de veracidade e confiabilidade.

Nos casos de problema técnico do sistema e de erro ou omissão do auxiliar da justiça responsável pelo registro dos andamentos, poderá ser configurada a justa causa.

O que é justa causa?

**Considera-se justa causa o evento alheio à vontade da parte e que a impediu de praticar o ato por si ou por mandatário.**

E o que ocorre quando se tem a justa causa?

Decorrido o prazo, extingue-se o direito de praticar ou de emendar o ato processual, independentemente de declaração judicial, ficando assegurado, porém, à parte provar que não o realizou por justa causa.

Se a parte não realizou o ato por justa causa, ela terá o direito de realizá-lo.



As unidades do Poder Judiciário deverão manter gratuitamente, à disposição dos interessados, equipamentos necessários à prática de atos processuais e à consulta e ao acesso ao sistema e aos documentos dele constantes.

Será admitida a prática de atos por meio não eletrônico no local onde não estiverem disponibilizados os equipamentos eletrônicos.

As unidades do Poder Judiciário assegurarão às pessoas com deficiência acessibilidade aos seus sítios na rede mundial de computadores, ao meio eletrônico de prática de atos judiciais, à comunicação eletrônica dos atos processuais e à assinatura eletrônica

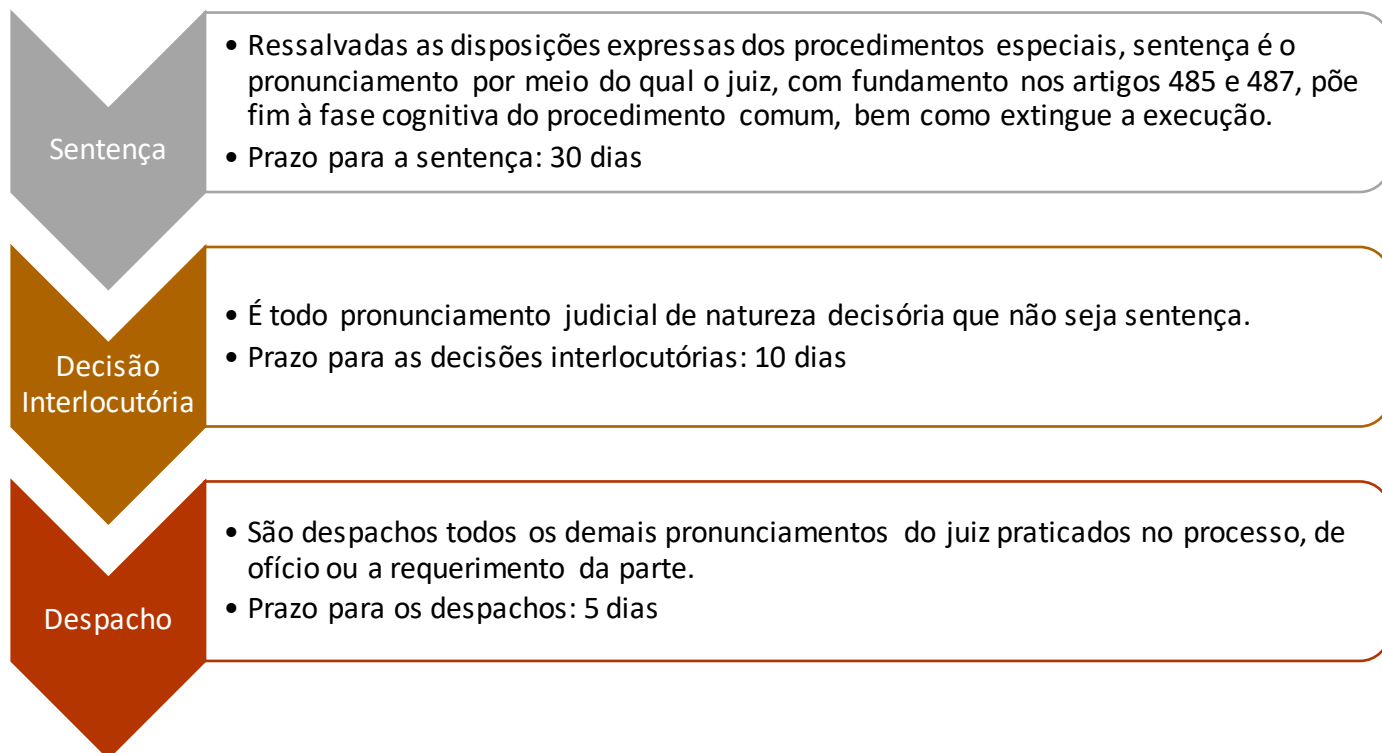
### VEJAMOS ALGUNS PONTOS IMPORTANTES DO CPC:

- Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais.
- A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial.
- As partes poderão exigir recibo de petições, arrazoados, papéis e documentos que entregarem em cartório.
- **É vedado lançar nos autos cotas marginais ou interlineares**, as quais o juiz mandará riscar, impondo a quem as escrever multa correspondente à metade do salário-mínimo. Isso é para evitar qualquer tipo de acréscimo no processo. Sabe quando você faz carga (leva o processo pra casa) e vê que esqueceu de alguma coisa? Então, você não pode ir lá e escrever algo nas entrelinhas e nem na lateral do processo, ok?

## 7. Do Pronunciamento do juiz







- **Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho**, devendo ser **praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz** quando necessário.
- **Acórdão** é o julgamento colegiado proferido pelos tribunais.
- Os despachos, as decisões, as sentenças e os acórdãos serão redigidos, datados e assinados pelos juízes.
- Quando os pronunciamentos previstos no caput forem proferidos oralmente, o servidor os documentará, submetendo-os aos juízes para revisão e assinatura.
- A assinatura dos juízes, em todos os graus de jurisdição, pode ser feita eletronicamente, na forma da lei.
- Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico.

## 8. Dos atos do escrivão ou do chefe de secretaria



- Ao receber a petição inicial de processo, o escrivão ou o chefe de secretaria a autuará, mencionando o juízo:
  - a natureza do processo,
  - o número de seu registro,
  - os nomes das partes,
  - data de seu início e
  - procederá do mesmo modo em relação aos volumes em formação.
  - O escrivão ou o chefe de secretaria numerará e rubricará todas as folhas dos autos.
  - À parte, ao procurador, ao membro do Ministério Público, ao defensor público e aos auxiliares da justiça é facultado rubricar as folhas correspondentes aos atos em que intervierem.
- Os termos de juntada, vista, conclusão e outros semelhantes constarão de notas datadas e rubricadas pelo escrivão ou pelo chefe de secretaria.
- Os atos e os termos do processo serão assinados pelas pessoas que neles intervierem, todavia, quando essas não puderem ou não quiserem firmá-los, o escrivão ou o chefe de secretaria certificará a ocorrência.
- **Quando se tratar de processo total ou parcialmente documentado em autos eletrônicos, os atos processuais praticados na presença do juiz poderão ser produzidos e armazenados de modo integralmente digital em arquivo eletrônico inviolável, na forma da lei, mediante registro em termo, que será assinado digitalmente pelo juiz e pelo escrivão ou chefe de secretaria, bem como pelos advogados das partes e eventuais contradições na transcrição deverão ser suscitadas oralmente no momento de realização do ato, sob pena de preclusão, devendo o juiz decidir de plano e ordenar o registro, no termo, da alegação e da decisão.**
- É lícito o uso da taquigrafia, da estenotipia ou de outro método idôneo em qualquer juízo ou tribunal.
- Não se admitem nos atos e termos processuais espaços em branco, salvo os que forem inutilizados, assim como entrelinhas, emendas ou rasuras, exceto quando expressamente ressalvadas.

## 9. Do tempo e do lugar dos atos processuais.



- Os atos processuais **serão realizados** em dias úteis, das 6 (seis) às 20 (vinte) horas, **contudo, serão concluídos após** as 20 (vinte) horas os atos iniciados antes, **quando o adiamento prejudicar a diligência ou causar grave dano**.
- Os atos processuais realizar-se-ão ordinariamente na sede do juízo, ou, excepcionalmente, em outro lugar em razão de deferência, de interesse da justiça, da natureza do ato ou de obstáculo arguido pelo interessado e acolhido pelo juiz.
- Além dos declarados em lei, são feriados, para efeito forense, os sábados, os domingos e os dias em que não haja expediente forense.**
- Muito cuidado com este item acima, pois ele é fundamental para que se conte os prazos processuais de maneira adequada.
- Independente de autorização judicial**, as citações, intimações e penhoras poderão realizar-se **no período de férias forenses**, onde as houver, **e nos feriados ou dias úteis fora do horário** estabelecido, observando-se que a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

### Autos eletrônicos

A prática eletrônica de ato processual pode ocorrer em qualquer horário até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia do prazo.



### Autos não eletrônicos

Quando o ato tiver de ser praticado por meio de petição em autos não eletrônicos, essa deverá ser protocolada no horário de funcionamento do fórum ou tribunal, conforme o disposto na lei de organização judiciária local.

- Quando o ato tiver de ser praticado por meio de **petição em autos não eletrônicos**, **essa deverá ser protocolada no horário de funcionamento do fórum ou tribunal**, conforme o disposto na lei de organização judiciária local.



- **A prática eletrônica de ato processual pode ocorrer em qualquer horário até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia do prazo.** Então, se você está no último dia de um prazo para interpor recurso, mas aos autos são eletrônicos, você pode protocolá-lo até as 24 horas do último dia do prazo, sempre levando-se em conta o horário local onde o ato for praticado, então, deve-se tomar cuidado com os fusos horários e com o horário de verão.



Durante as férias forenses e nos feriados, não se praticarão atos processuais, excetuando-se: **Processam-se durante as férias forenses, onde as houver, e não se suspendem pela superveniência delas:**

**I - Independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses**

**II - A tutela de urgência.**

I - Os procedimentos de jurisdição voluntária e os necessários à conservação de direitos, quando puderem ser prejudicados pelo adiamento;

II - A ação de alimentos e os processos de nomeação ou remoção de tutor e curador;

III - Os processos que a lei determinar.

## 10. Dos Prazos



**Pessoal, este item é de extrema importância. Eu disse, extrema importância!**

Os prazos devem ser praticados no tempo em que a lei determinar, contudo, quando existir omissão do legislador, o juiz **determinará os prazos em consideração à complexidade do ato.** Existe um prazo genérico que é o de 5 dias. **Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas.**



Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei.

Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato.

Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas.

Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.

- Na vigência do antigo CPC muito se discutia se um recurso, por exemplo, poderia ser recebido antes mesmo de seu prazo ter começado a fluir. O novo CPC acabou com este problema ao declarar que **será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo**.
- Outra novidade do CPC/15 é que na contagem do prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, **computar-se-ão somente os dias úteis**, sendo que esta regra somente se aplica aos prazos processuais. Isso não se aplica aos prazos do direito material, só para os prazos do direito processual.
- Durante o recesso forense, que ocorre de 20/12 a 20/01, os prazos ficam suspensos, contudo, ressalvadas as férias individuais e os feriados instituídos por lei, os juízes, os membros do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia Pública e os auxiliares da Justiça exercerão suas atribuições durante o período transcrito.
- Durante a suspensão do prazo, não se realizarão audiências nem sessões de julgamento.

**Art. 221.** *Suspende-se o curso do prazo por obstáculo criado em detrimento da parte ou ocorrendo qualquer das hipóteses do art. 313, devendo o prazo ser restituído por tempo igual ao que faltava para sua complementação.*

**Art. 313.** *Suspende-se o processo:*

*I - Pela morte ou pela perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador;*

*II - Pela convenção das partes;*

*III - Pela arguição de impedimento ou de suspeição;*

*IV- Pela admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas;*



*V - Quando a sentença de mérito:*

*a) Dependem do julgamento de outra causa ou da declaração de existência ou de inexistência de relação jurídica que constitua o objeto principal de outro processo pendente;*

*b) Tiver de ser proferida somente após a verificação de determinado fato ou a produção de certa prova, requisitada a outro juízo;*

*VI - Por motivo de força maior;*

*VII - Quando se discutir em juízo questão decorrente de acidentes e fatos da navegação de competência do Tribunal Marítimo;*

*VIII - Nos demais casos que este Código regula.*

*IX - Pelo parto ou pela concessão de adoção, quando a advogada responsável pelo processo constituir a única patrona da causa; (Incluído pela Lei nº 13.363, de 2016)*

*X - Quando o advogado responsável pelo processo constituir o único patrono da causa e tornar-se pai.*

- **Suspendem-se os prazos durante a execução de programa instituído pelo Poder Judiciário para promover a autocomposição**, incumbindo aos tribunais especificar, com antecedência, a duração dos trabalhos.
- Na comarca, seção ou subseção judiciária onde for difícil o transporte, o juiz poderá prorrogar os prazos por até 2 (dois) meses.
- Havendo calamidade pública, o limite previsto acima poderá ser excedido.
- **Ao juiz é vedado reduzir prazos peremptórios sem anuência das partes.**
- Decorrido o prazo, extingue-se o direito de praticar ou de emendar o ato processual, independentemente de declaração judicial, ficando assegurado, porém, à parte provar que não o realizou por justa causa.
- Verificada a justa causa, o juiz permitirá à parte a prática do ato no prazo que lhe assinar.
- Salvo disposição em contrário, os prazos serão contados **excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento.**



- Os dias do começo e do vencimento do prazo **serão protraídos para o primeiro dia útil seguinte, se coincidirem com dia em que o expediente forense for encerrado antes ou iniciado depois da hora normal ou houver indisponibilidade da comunicação eletrônica**. Quem nunca foi protocolar uma petição e voltou para trás pelo fato de ter uma ameaça de bomba no Fórum? Ou então, em dia de Copa do Mundo. Se o Fórum abre mais tarde ou se fecha mais cedo, o prazo não será computado. Ele fica postergado para o próximo dia útil de funcionamento normal.
- Considera-se como data de publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico.
- A contagem do prazo terá início no primeiro dia útil que seguir ao da publicação.
- A parte poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor, desde que o faça de maneira expressa.
- Em qualquer grau de jurisdição, **havendo motivo justificado**, pode o juiz exceder, por igual tempo, os prazos a que está submetido.
- Incumbirá ao serventuário remeter os autos conclusos no prazo de 1 (um) dia e executar os atos processuais no prazo de 5 (cinco) dias, contado da data em que:
  - **houver concluído o ato processual anterior, se lhe foi imposto pela lei;**
  - **tiver ciência da ordem, quando determinada pelo juiz e ao receber os autos, o serventuário certificará o dia e a hora em que teve ciência da ordem**
- Nos processos em autos eletrônicos, a juntada de petições ou de manifestações em geral ocorrerá de forma automática, independentemente de ato de serventuário da justiça.
- Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, independentemente de requerimento. Esta regra só vale para os autos em papel. Havendo litisconsortes em autos eletrônicos, o prazo será simples.

**Os requisitos são cumulativos!!!**







- Cessa a contagem do prazo em dobro se, havendo apenas 2 (dois) réus, é oferecida defesa por apenas um deles.
- Não se aplica o disposto no caput aos processos em autos eletrônicos.
- O prazo para a parte, o procurador, a Advocacia Pública, a Defensoria Pública e o Ministério Público serão contados da citação, da intimação ou da notificação.

***Salvo disposição em sentido diverso, considera-se dia do começo do prazo:***





I - a data de juntada aos autos do aviso de recebimento, quando a citação ou a intimação for pelo correio;

II - a data de juntada aos autos do mandado cumprido, quando a citação ou a intimação for por oficial de justiça, inclusive no caso de citação por hora certa.

III - a data de ocorrência da citação ou da intimação, quando ela se der por ato do escrivão ou do chefe de secretaria

IV - o dia útil seguinte ao fim da dilação assinada pelo juiz, quando a citação ou a intimação for por edital

V - o dia útil seguinte à consulta ao teor da citação ou da intimação ou ao término do prazo para que a consulta se dê, quando a citação ou a intimação for eletrônica

VI - a data de juntada do comunicado de que trata o art. 232 ou, não havendo esse, a data de juntada da carta aos autos de origem devidamente cumprida, quando a citação ou a intimação se realizar em cumprimento de carta

VII - a data de publicação, quando a intimação se der pelo Diário da Justiça impresso ou eletrônico

VIII - o dia da carga, quando a intimação se der por meio da retirada dos autos, em carga, do cartório ou da secretaria

- Quando houver mais de um réu, o dia do começo do **prazo para contestar corresponderá à última das datas a que se referem os itens I a VI da tabela acima.**
- Havendo mais de um intimado, o prazo para cada um é contado individualmente.
- Quando o ato tiver de ser praticado diretamente pela parte ou por quem, de qualquer forma, participe do processo, sem a intermediação de representante judicial, o dia do começo do prazo para cumprimento da determinação judicial corresponderá à data em que se der a comunicação.



- Nos atos de comunicação por carta precatória, rogatória ou de ordem, a realização da citação ou da intimação será imediatamente informada, por meio eletrônico, pelo juiz deprecado ao juiz deprecante.

## 11. Da Verificação dos Prazos e das Penalidades

- Incumbe ao juiz verificar se o serventário excedeu, sem motivo legítimo, os prazos estabelecidos em lei e constatada a falta, o juiz ordenará a instauração de processo administrativo, na forma da lei.
- Qualquer das partes, o Ministério Público ou a Defensoria Pública poderá representar ao juiz contra o serventário que injustificadamente exceder os prazos previstos em lei.
- Os advogados públicos ou privados, o defensor público e o membro do Ministério Público devem restituir os autos no prazo do ato a ser praticado.
- É lícito a qualquer interessado exigir os autos do advogado que exceder prazo legal.
- Se, intimado, o advogado não devolver os autos no prazo de 3 (três) dias, perderá o direito à vista fora de cartório e incorrerá em multa correspondente à metade do salário-mínimo.
- Verificada a falta, o juiz comunicará o fato à seção local da Ordem dos Advogados do Brasil para procedimento disciplinar e imposição de multa.
- Se a situação envolver membro do Ministério Público, da Defensoria Pública ou da Advocacia Pública, a multa, se for o caso, será aplicada ao agente público responsável pelo ato.
- Verificada a falta, o juiz comunicará o fato ao órgão competente responsável pela instauração de procedimento disciplinar contra o membro que atuou no feito.
- Qualquer parte, o Ministério Público ou a Defensoria Pública poderá representar ao corregedor do tribunal ou ao Conselho Nacional de Justiça contra juiz ou relator que injustificadamente exceder os prazos previstos em lei, regulamento ou regimento interno.
- Distribuída a representação ao órgão competente e ouvido previamente o juiz, não sendo caso de arquivamento liminar, será instaurado procedimento para apuração da responsabilidade,



com intimação do representado por meio eletrônico para, querendo, apresentar justificativa no prazo de 15 (quinze) dias.

- Sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis, em até 48 (quarenta e oito) horas após a apresentação ou não da justificativa de que trata o § 1º, se for o caso, o corregedor do tribunal ou o relator no Conselho Nacional de Justiça determinará a intimação do representado por meio eletrônico para que, em 10 (dez) dias, pratique o ato.
- Mantida a inércia, os autos serão remetidos ao substituto legal do juiz ou do relator contra o qual se representou para decisão em 10 (dez) dias.

## 12. Da Comunicação dos Atos Processuais

- Os atos processuais serão cumpridos por ordem judicial.
- Será expedida carta para a prática de atos fora dos limites territoriais do tribunal, da comarca, da seção ou da subseção judiciárias, ressalvadas as hipóteses previstas em lei.
- O tribunal poderá expedir carta para juízo a ele vinculado, se o ato houver de se realizar fora dos limites territoriais do local de sua sede.
- Admite-se a prática de atos processuais por meio de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real.

## 13. Tipos de Carta

I - De ordem, pelo tribunal

II - Rogatória, para que órgão jurisdicional estrangeiro pratique ato de cooperação jurídica internacional, relativo a processo em curso perante órgão jurisdicional brasileiro

III - Precatória, para que órgão jurisdicional brasileiro pratique ou determine o cumprimento, na área de sua competência territorial, de ato relativo a pedido de cooperação judiciária formulado por órgão jurisdicional de competência territorial diversa;



IV - Arbitral, para que órgão do Poder Judiciário pratique ou determine o cumprimento, na área de sua competência territorial, de ato objeto de pedido de cooperação judiciária formulado por juízo arbitral, inclusive os que importem efetivação de tutela provisória.

**OBS: Se o ato relativo a processo em curso na justiça federal ou em tribunal superior houver de ser praticado em local onde não haja vara federal, a carta poderá ser dirigida ao juízo estadual da respectiva comarca.**

## Cartas

I - de ordem, pelo tribunal

II - rogatória, para que órgão jurisdicional estrangeiro pratique ato de cooperação jurídica internacional, relativo a processo em curso perante órgão jurisdicional brasileiro

III - precatória, para que órgão jurisdicional brasileiro pratique ou determine o cumprimento, na área de sua competência territorial, de ato relativo a pedido de cooperação judiciária formulado por órgão jurisdicional de competência territorial diversa

IV - arbitral, para que órgão do Poder Judiciário pratique ou determine o cumprimento, na área de sua competência territorial, de ato objeto de pedido de cooperação judiciária formulado por juízo arbitral, inclusive os que importem efetivação de tutela provisória

### 14. Da Citação

- **É com a citação** que o processo verdadeiramente forma, já que com ela são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual, **sendo indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido.**
- O **comparecimento espontâneo** do réu ou do executado **supre a falta ou a nulidade da citação**, fluindo a partir desta data o prazo para apresentação de contestação ou de embargos à execução.



- Não se pode confundir citação com intimação.

Citação	Intimação
Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual.	Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo.

- Rejeitada a alegação de nulidade, tratando-se de processo de:
  - I - Conhecimento, o réu será considerado revel;
  - II - Execução, o feito terá seguimento.
- A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, **induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor**, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

**Art. 397.** O inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, no seu termo, constitui de pleno direito em mora o devedor. (Vide Lei nº 13.105, de 2015) (Vigência)

*Parágrafo único.* Não havendo termo, a mora se constitui mediante interpelação judicial ou extrajudicial.

**Art. 398.** Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora, desde que o praticou.

- **A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação**, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. Ei, olha só! O que faz a prescrição ser interrompida é o despacho do juiz que ordena a citação, ok? Não é a citação válida. É o mero despacho que a ordena.
- Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar **a interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação**, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação.
- O efeito retroativo que vimos acima, aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei.



## Vamos esquematizar?

Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual.

Rejeitada a alegação de nulidade, tratando-se de processo de:

- I - conhecimento, o réu será considerado revel;
- II - execução, o feito terá seguimento.

A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor

A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação.

- A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário.
- Transitada em julgado a sentença de mérito proferida em favor do réu antes da citação, incumbe ao escrivão ou ao chefe de secretaria comunicar-lhe o resultado do julgamento.
- A citação será pessoal, podendo, no entanto, ser feita na pessoa do representante legal ou do procurador do réu, do executado ou do interessado.
- Na ausência do citando, a citação será feita na pessoa de seu mandatário, administrador, preposto ou gerente, quando a ação se originar de atos por eles praticados.
- O locador que se ausentar do Brasil sem cientificar o locatário de que deixou, na localidade onde estiver situado o imóvel, procurador com poderes para receber citação será citado na pessoa do administrador do imóvel encarregado do recebimento dos aluguéis, que será considerado habilitado para representar o locador em juízo.
- A citação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial.
- A citação poderá ser feita em qualquer lugar em que se encontre o réu, o executado ou o interessado.



- **Cuidado!** O militar em serviço ativo será citado na unidade em que estiver servindo, se não for conhecida sua residência ou nela não for encontrado. Isso quer dizer que o local em que estiver servindo é exceção e não a regra. Deve-se citar o militar em sua residência. Só se ela não for conhecida ou se ele lá não for encontrado, é que a sua citação se dará no local onde estiver servindo.

<u>NÃO SERÁ FEITA A CITAÇÃO</u>
• de quem estiver participando de ato de culto religioso
• de cônjuge, de companheiro ou de qualquer parente do morto, consanguíneo ou afim, em linha reta ou na linha colateral em segundo grau, no dia do falecimento e nos 7 (sete) dias seguintes
• de noivos, nos 3 (três) primeiros dias seguintes ao casamento
• de doente, enquanto grave o seu estado
• Não se fará citação quando se verificar que o citando é mentalmente incapaz ou está impossibilitado de recebê-la

### E o que fará o oficial de justiça nesses casos???

⇒ O oficial de justiça descreverá e certificará minuciosamente a ocorrência.

- Para examinar o citando, o juiz nomeará médico, que apresentará laudo no prazo de 5 (cinco) dias.
- Dispensa-se a nomeação de que trata o § 2º se pessoa da família apresentar declaração do médico do citando que ateste a incapacidade deste.
- Reconhecida a impossibilidade, o juiz nomeará curador ao citando, observando, quanto à sua escolha, a preferência estabelecida em lei e restringindo a nomeação à causa.
- A citação será feita na pessoa do curador, a quem incumbirá a defesa dos interesses do citando.

### COMO SERÁ FEITA A CITAÇÃO?



#### CORREIO

- A citação será feita pelo correio para qualquer comarca do país, exceto:
- I - nas ações de estado, observado o disposto no art. 695, § 3º;
- II - quando o citando for incapaz;
- III - quando o citando for pessoa de direito público;
- IV - quando o citando residir em local não atendido pela entrega domiciliar de correspondência;
- V - quando o autor, justificadamente, a requerer de outra forma.

#### OFICIAL DE JUSTIÇA

- A citação será feita por meio de oficial de justiça nas hipóteses previstas neste Código ou em lei, ou quando frustrada a citação pelo correio.

#### ESCRIVÃO OU CHEFE DE SECRETARIA

- Se o citando comparecer em cartório

#### EDITAL

- A citação por edital será feita:
- I - quando desconhecido ou incerto o citando;
- II - quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que se encontrar o citando;
- III - nos casos expressos em lei.
- Considera-se inacessível, para efeito de citação por edital, o país que recusar o cumprimento de carta rogatória.
- No caso de ser inacessível o lugar em que se encontrar o réu, a notícia de sua citação será divulgada também pelo rádio, se na comarca houver emissora de radiodifusão.
- O réu será considerado em local ignorado ou incerto se infrutíferas as tentativas de sua localização, inclusive mediante requisição pelo juízo de informações sobre seu endereço nos cadastros de órgãos públicos ou de concessionárias de serviços públicos.

#### POR MEIO ELETRÔNICO

- Conforme regulado em lei.

### QUAIS OS REQUISITOS DO EDITAL?

- a afirmação do autor ou a certidão do oficial informando a presença das circunstâncias autorizadoras;
  - a publicação do edital na rede mundial de computadores, no sítio do respectivo tribunal e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, que deve ser certificada nos autos;
  - a determinação, pelo juiz, do prazo, que variará entre 20 (vinte) e 60 (sessenta) dias, fluindo da data da publicação única ou, havendo mais de uma, da primeira;
  - a advertência de que será nomeado curador especial em caso de revelia.
- 
- O juiz poderá determinar que a publicação do edital seja feita também em jornal local de ampla circulação ou por outros meios, considerando as peculiaridades da comarca, da seção ou da subseção judiciárias.





- A parte que requerer a citação por edital, alegando dolosamente a ocorrência das circunstâncias autorizadoras para sua realização, incorrerá em multa de 5 (cinco) vezes o salário-mínimo.
- A multa reverterá em benefício do citando.
- Serão publicados editais:
  - I - Na ação de usucapião de imóvel;
  - II - Na ação de recuperação ou substituição de título ao portador;
  - III - Em qualquer ação em que seja necessária, por determinação legal, a provocação, para participação no processo, de interessados incertos ou desconhecidos.
- Na ação de usucapião de imóvel, os confinantes serão citados pessoalmente, exceto quando tiver por objeto unidade autônoma de prédio em condomínio, caso em que tal citação é dispensada.
- Deferida a citação pelo correio, o escrivão ou o chefe de secretaria remeterá ao citando cópias da petição inicial e do despacho do juiz e comunicará o prazo para resposta, o endereço do juízo e o respectivo cartório.
- **Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte**, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas **preferencialmente** por esse meio.
- O disposto no § 1º aplica-se à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às entidades da administração indireta.
- A carta será registrada para entrega ao citando, exigindo-lhe o carteiro, ao fazer a entrega, que assine o recibo.
- Sendo o citando pessoa jurídica, será válida a entrega do mandado a pessoa com poderes de gerência geral ou de administração ou, ainda, a funcionário responsável pelo recebimento de correspondências.
- Da carta de citação no processo de conhecimento constarão os requisitos do [art. 250](#).



- Nos condomínios edilícios ou nos loteamentos com controle de acesso, será válida a entrega do mandado a funcionário da portaria responsável pelo recebimento de correspondência, que, entretanto, poderá recusar o recebimento, se declarar, por escrito, sob as penas da lei, que o destinatário da correspondência está ausente.

O mandado que o oficial de justiça tiver de cumprir conterá:	Incumbe ao oficial de justiça procurar o citando e, onde o encontrar, citá-lo:
<p>I - Os nomes do autor e do citando e seus respectivos domicílios ou residências;</p> <p>II - A finalidade da citação, com todas as especificações constantes da petição inicial, bem como a menção do prazo para contestar, sob pena de revelia, ou para embargar a execução;</p> <p>III - A aplicação de sanção para o caso de descumprimento da ordem, se houver;</p> <p>IV - Se for o caso, a intimação do citando para comparecer, acompanhado de advogado ou de defensor público, à audiência de conciliação ou de mediação, com a menção do dia, da hora e do lugar do comparecimento;</p> <p>V - A cópia da petição inicial, do despacho ou da decisão que deferir tutela provisória;</p> <p>VI - A assinatura do escrivão ou do chefe de secretaria e a declaração de que o subscreve por ordem do juiz.</p>	<p>I - Lendo-lhe o mandado e entregando-lhe a contrafé;</p> <p>II - Portando por fé se recebeu ou recusou a contrafé;</p> <p>III - Obtendo a nota de ciência ou certificando que o citando não a apôs no mandado.</p>

- Quando, por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar.
- Nos condomínios edilícios ou nos loteamentos com controle de acesso, será válida a intimação a que se refere o caput feita a funcionário da portaria responsável pelo recebimento de correspondência.



*Art. 253. No dia e na hora designados, o oficial de justiça, independentemente de novo despacho, comparecerá ao domicílio ou à residência do citando a fim de realizar a diligência.*

*§ 1º Se o citando não estiver presente, o oficial de justiça procurará informar-se das razões da ausência, dando por feita a citação, ainda que o citando se tenha ocultado em outra comarca, seção ou subseção judiciárias.*

*§ 2º A citação com hora certa será efetivada mesmo que a pessoa da família ou o vizinho que houver sido intimado esteja ausente, ou se, embora presente, a pessoa da família ou o vizinho se recusar a receber o mandado.*

*§ 3º Da certidão da ocorrência, o oficial de justiça deixará contrafé com qualquer pessoa da família ou vizinho, conforme o caso, declarando-lhe o nome.*

*§ 4º O oficial de justiça fará constar do mandado a advertência de que será nomeado curador especial se houver revelia.*

*Art. 254. Feita a citação com hora certa, o escrivão ou chefe de secretaria enviará ao réu, executado ou interessado, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data da juntada do mandado aos autos, carta, telegrama ou correspondência eletrônica, dando-lhe de tudo ciência.*

*Art. 255. Nas comarcas contíguas de fácil comunicação e nas que se situem na mesma região metropolitana, o oficial de justiça poderá efetuar, em qualquer delas, citações, intimações, notificações, penhoras e quaisquer outros atos executivos.*

## 15. Das Intimações

- Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo.
- É facultado aos advogados promover a intimação do advogado da outra parte por meio do correio, juntando aos autos, a seguir, cópia do ofício de intimação e do aviso de recebimento.
- O ofício de intimação deverá ser instruído com cópia do despacho, da decisão ou da sentença.
- A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial.
- As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei.



- Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no [§ 1º do art. 246](#).
- O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Quando não realizadas por meio eletrônico, consideram-se feitas as intimações pela publicação dos atos no órgão oficial.
- Os advogados poderão requerer que, na intimação a eles dirigida, figure apenas o nome da sociedade a que pertençam, desde que devidamente registrada na Ordem dos Advogados do Brasil.
- Sob pena de nulidade, é indispensável que da publicação constem os nomes das partes e de seus advogados, com o respectivo número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, ou, se assim requerido, da sociedade de advogados.
- A grafia dos nomes das partes não deve conter abreviaturas.
- A grafia dos nomes dos advogados deve corresponder ao nome completo e ser a mesma que constar da procuração ou que estiver registrada na Ordem dos Advogados do Brasil.
- Constando dos autos pedido expresso para que as comunicações dos atos processuais sejam feitas em nome dos advogados indicados, o seu desatendimento implicará nulidade.
- A retirada dos autos do cartório ou da secretaria em carga pelo advogado, por pessoa credenciada a pedido do advogado ou da sociedade de advogados, pela Advocacia Pública, pela Defensoria Pública ou pelo Ministério Público implicará intimação de qualquer decisão contida no processo retirado, ainda que pendente de publicação.
- O advogado e a sociedade de advogados deverão requerer o respectivo credenciamento para a retirada de autos por preposto.

*§ 8º A parte arguirá a nulidade da intimação em capítulo preliminar do próprio ato que lhe caiba praticar, o qual será tido por tempestivo se o vício for reconhecido.*



*§ 9º Não sendo possível a prática imediata do ato diante da necessidade de acesso prévio aos autos, a parte limitar-se-á a arguir a nulidade da intimação, caso em que o prazo será contado da intimação da decisão que a reconheça.*

## IMPORTANTE

Se inviável a intimação por meio eletrônico e não houver na localidade publicação em órgão oficial, incumbirá ao escrivão ou chefe de secretaria intimar de todos os atos do processo os advogados das partes:

I - Pessoalmente, se tiverem domicílio na sede do juízo;

II - Por carta registrada, com aviso de recebimento, quando forem domiciliados fora do juízo.

Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria.

Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço

- A intimação será feita por oficial de justiça quando frustrada a realização por meio eletrônico ou pelo correio.
- A certidão de intimação deve conter:
  - a indicação do lugar e a descrição da pessoa intimada, mencionando, quando possível, o número de seu documento de identidade e o órgão que o expediu;
  - a declaração de entrega da contrafé;
  - a nota de ciência ou a certidão de que o interessado não a apôs no mandado.
  - Caso necessário, a intimação poderá ser efetuada com hora certa ou por edital.

## Dos Atos Processuais



Coruja, se o edital do seu concurso é anterior a Lei 14.195 de 27 de agosto de 2021, é possível, apesar de pouco provável, que sejam cobradas as atualizações legais, que dentre outros temas atinentes ao Direito Empresarial, alterou o Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), com o objetivo de conferir maior celeridade aos atos processuais de citação e intimação.

## DESTAQUES



Citação preferencialmente por meio eletrônico, cadastrado no banco de dados, de acordo com Resolução do CNJ



Prazo de citação em até 2 dias úteis a partir da decisão que determinar a citação



A ausência de conformação da citação implicará em realização do ato pelos métodos tradicionais (correio, oficial de justiça, edital)





A não confirmação da citação eletrônica, sem justa causa, poderá ser considerada ato atentatório à dignidade da justiça e passível de multa de até 5% do valor da causa!!!



Embora esses sejam os principais destaques que você precisa saber para a sua prova, não deixe de ler as disposições legais. Vamos acompanhar como as bancas cobrarão o tema no futuro e como a jurisprudência caminhará quanto a aplicabilidade das novas disposições diante de casos concretos.







## CAPÍTULO X

### DA RACIONALIZAÇÃO PROCESSUAL

**Art. 44.** A Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), passa a vigorar com as seguintes alterações:

**“Art. 77. ....**

**.....**

VII - informar e manter atualizados seus dados cadastrais perante os órgãos do Poder Judiciário e, no caso **do § 6º do art. 246 deste Código, da Administração Tributária**, para recebimento de citações e intimações.

**.....” (NR)**

**“Art. 231. ....**

**.....**

IX - o quinto dia útil seguinte à confirmação, na forma prevista na mensagem de citação, do recebimento da citação realizada por meio eletrônico.

**.....” (NR)**

**“Art. 238. ....**

Parágrafo único. **A citação será efetivada em até 45 (quarenta e cinco) dias a partir da propositura da ação.” (NR)**

**“Art. 246.** A citação será feita **preferencialmente por meio eletrônico, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contado da decisão que a determinar**, por meio dos endereços eletrônicos indicados pelo citando no banco de dados do Poder Judiciário, conforme regulamento do Conselho Nacional de Justiça.

I - (revogado);

II - (revogado);

III - (revogado);

IV - (revogado);

V - (revogado).





§ 1º **As empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos**, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio.

§ 1º-A **A ausência de confirmação, em até 3 (três) dias úteis**, contados do recebimento da citação eletrônica, **implicará a realização da citação:**

I - Pelo **correio**;

II - Por **oficial de justiça**;

III - Pelo escrivão ou chefe de secretaria, se o citando comparecer em cartório;

IV - Por **edital**.

§ 1º-B **Na primeira oportunidade de falar nos autos**, o réu citado nas formas previstas nos incisos I, II, III e IV do § 1º-A deste artigo **deverá apresentar justa causa para a ausência de confirmação do recebimento da citação enviada eletronicamente**.

§ 1º-C Considera-se **ato atentatório à dignidade da justiça, passível de multa de até 5% (cinco por cento) do valor da causa, deixar de confirmar no prazo legal, sem justa causa**, o recebimento da citação recebida por meio eletrônico.

.....

§ 4º As citações por correio eletrônico serão acompanhadas das orientações para realização da confirmação de recebimento e de código identificador que permitirá a sua identificação na página eletrônica do órgão judicial citante.

§ 5º As microempresas e as pequenas empresas somente se sujeitam ao disposto no § 1º deste artigo quando não possuírem endereço eletrônico cadastrado no sistema integrado da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim).

§ 6º Para os fins do § 5º deste artigo, **deverá haver compartilhamento de cadastro com o órgão do Poder Judiciário, incluído o endereço eletrônico constante do sistema integrado da Redesim, nos termos da legislação aplicável ao sigilo fiscal e ao tratamento de dados pessoais.**" (NR)

**"Art. 247.** A citação será feita por meio eletrônico ou pelo correio para qualquer comarca do País, exceto:

....." (NR)

**"Art. 397.** .....

I - A descrição, tão completa quanto possível, do documento ou da coisa, ou das categorias de documentos ou de coisas buscados;

II - A finalidade da prova, com indicação dos fatos que se relacionam com o documento ou com a coisa, ou com suas categorias;



III - As circunstâncias em que se funda o requerente para afirmar que o documento ou a coisa existe, ainda que a referência seja a categoria de documentos ou de coisas, e se acha em poder da parte contrária.” (NR)

“Art. 921. ....

.....

III - quando não for localizado o executado ou bens penhoráveis;

.....

§ 4º O termo inicial da prescrição no curso do processo será a ciência da primeira tentativa infrutífera de localização do devedor ou de bens penhoráveis, e será suspensa, por uma única vez, pelo prazo máximo previsto no § 1º deste artigo.

§ 4º-A A efetiva citação, intimação do devedor ou constrição de bens penhoráveis interrompe o prazo de prescrição, que não corre pelo tempo necessário à citação e à intimação do devedor, bem como para as formalidades da constrição patrimonial, se necessária, desde que o credor cumpra os prazos previstos na lei processual ou fixados pelo juiz.

§ 5º O juiz, depois de ouvidas as partes, no prazo de 15 (quinze) dias, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição no curso do processo e extingui-lo, sem ônus para as partes.

§ 6º A alegação de nulidade quanto ao procedimento previsto neste artigo somente será conhecida caso demonstrada a ocorrência de efetivo prejuízo, que será presumido apenas em caso de inexistência da intimação de que trata o § 4º deste artigo.

§ 7º Aplica-se o disposto neste artigo ao cumprimento de sentença de que trata o art. 523 deste Código.” (NR)

## Nulidades Processuais

- O assunto é tratado **nos artigos 276 a 283 do Código de Processo Civil**, procure memorizar as regras, já que as questões, em sua grande maioria, cobram o conhecimento literal desses dispositivos.

**Art. 276.** Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta não pode ser requerida pela parte que lhe deu causa.

**Art. 277.** Quando a lei prescrever determinada forma, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.

**Art. 278.** A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão.

**Parágrafo único.** Não se aplica o disposto no caput às nulidades que o juiz deva decretar de ofício, nem prevalece a preclusão provando a parte legítimo impedimento.



**Art. 279.** É nulo o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir.

§ 1º Se o processo tiver tramitado sem conhecimento do membro do Ministério Público, o juiz invalidará os atos praticados a partir do momento em que ele deveria ter sido intimado.

§ 2º A nulidade só pode ser decretada após a intimação do Ministério Público, que se manifestará sobre a existência ou a inexistência de prejuízo.

**Art. 280.** As citações e as intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais.

**Art. 281.** Anulado o ato, consideram-se de nenhum efeito todos os subsequentes que dele dependam, todavia, a nulidade de uma parte do ato não prejudicará as outras que dela sejam independentes.

**Art. 282.** Ao pronunciar a nulidade, o juiz declarará que atos são atingidos e ordenará as providências necessárias a fim de que sejam repetidos ou retificados.

§ 1º O ato não será repetido nem sua falta será suprida quando não prejudicar a parte.

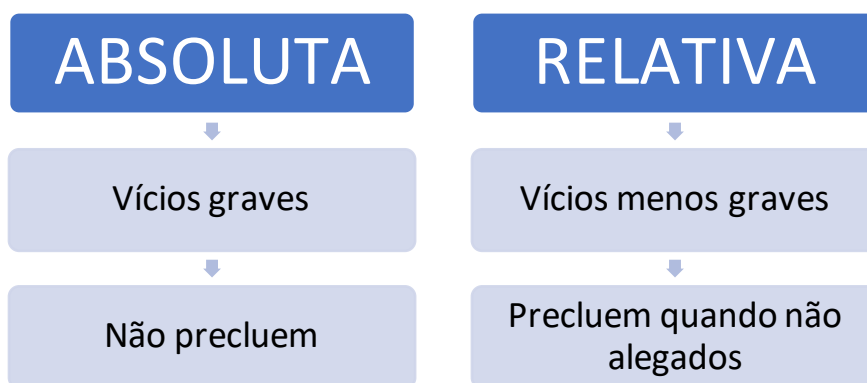
§ 2º Quando puder decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a decretação da nulidade, o juiz não a pronunciará nem mandará repetir o ato ou suprir-lhe a falta.

**Art. 283.** O erro de forma do processo acarreta unicamente a anulação dos atos que não possam ser aproveitados, devendo ser praticados os que forem necessários a fim de se observarem as prescrições legais.

**Parágrafo único.** Dar-se-á o aproveitamento dos atos praticados desde que não resulte prejuízo à defesa de qualquer parte.

- Lembre-se que o sistema de nulidades no CPC/2015 corresponde ao princípio do aproveitamento dos atos processuais (instrumentalidade das formas) e da possibilidade de sanar as nulidades, sempre que possível, o que é uma inovação em relação ao CPC/1973.
- Não confunda as nulidades absolutas com as nulidades relativas, embora ambas sejam passíveis de serem sanadas, haverá diferença quanto à preclusão:





- Requisito essencial para decretação da nulidade: **PREJUÍZO!** Não basta apenas que exista um defeito que impede que um determinado ato atinja a sua finalidade, é necessário que esse defeito importe em um prejuízo à parte.

**Art. 282.** Ao pronunciar a nulidade, o juiz declarará que atos são atingidos e ordenará as providências necessárias a fim de que sejam repetidos ou retificados.

§ 1º O ato não será repetido nem sua falta será suprida quando não prejudicar a parte.

## QUESTÕES ESTRATÉGICAS



1.(INSTITUTO AOCP/2024/TRF 2ª REGIÃO/Analista Judiciário) Gilberto, analista judiciário na Justiça Federal, recém assumiu o cargo e pretende praticar os atos processuais de sua competência de acordo com a regra aplicável; além disso, deve certificar aqueles praticados em desconformidade. Considerando a intenção de Gilberto, assinale a alternativa que apresenta a prática de ato processual que está de acordo com o disposto no Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015).

A) À parte, ao procurador, ao membro do Ministério Público, ao defensor público e aos auxiliares da justiça é vedado rubricar as folhas correspondentes aos atos em que intervierem.

B) Os atos e os termos do processo serão assinados pelas pessoas que neles intervierem, e, quando essas não puderem ou não quiserem firmá-los, o escrivão ou o chefe de secretaria suprirá a assinatura por meio de ato ordinatório.



C) Quando se tratar de processo total ou parcialmente documentado em autos eletrônicos, os atos processuais praticados na presença do juiz poderão ser produzidos e armazenados de modo integralmente digital em arquivo eletrônico inviolável, na forma da lei, mediante registro em termo, que será assinado exclusivamente pelo juiz, dispensada a assinatura pelos advogados das partes.

D) Não se admitem nos atos e termos processuais espaços em branco, inclusive os que forem inutilizados, assim como entrelinhas, emendas ou rasuras.

E) O registro de ato processual eletrônico deverá ser feito em padrões abertos, que atenderão aos requisitos de autenticidade, integridade, temporalidade, não repúdio, conservação e, nos casos que tramitem em segredo de justiça, confidencialidade, observada a infraestrutura de chaves públicas unificada nacionalmente, nos termos da lei.

## Comentários

Letra A - **Errada**. Faculdade prevista no parágrafo único do art. 205 do CPC/15:

Art. 207. O escrivão ou o chefe de secretaria numerará e rubricará todas as folhas dos autos.

Parágrafo único. À parte, ao procurador, ao membro do Ministério Público, ao defensor público e aos auxiliares da justiça é facultado rubricar as folhas correspondentes aos atos em que intervierem.

Letra B - **Errada**. No caso, o escrivão ou o chefe de secretaria certificará a ocorrência, por força do art. 209 do NCPC:

Art. 209. Os atos e os termos do processo serão assinados pelas pessoas que neles intervierem, todavia, quando essas não puderem ou não quiserem firmá-los, o escrivão ou o chefe de secretaria certificará a ocorrência.

Letra C - **Errada**. No presente cenário o termo será assinado digitalmente pelo juiz e pelo escrivão ou chefe de secretaria, bem como pelos advogados das partes. Veja:

Art. 209. Os atos e os termos do processo serão assinados pelas pessoas que neles intervierem, todavia, quando essas não puderem ou não quiserem firmá-los, o escrivão ou o chefe de secretaria certificará a ocorrência.

§ 1º Quando se tratar de processo total ou parcialmente documentado em autos eletrônicos, os atos processuais praticados na presença do juiz poderão ser produzidos e armazenados de modo integralmente digital em arquivo eletrônico inviolável, na forma da lei, mediante registro em termo, que será assinado digitalmente pelo juiz e pelo escrivão ou chefe de secretaria, bem como pelos advogados das partes.

Letra D - **Errada**. O art. 211 do CPC/15 prevê exceção. Observe:



Art. 211. Não se admitem nos atos e termos processuais espaços em branco, salvo os que forem inutilizados, assim como entrelinhas, emendas ou rasuras, exceto quando expressamente ressalvadas.

Letra E - **Certa**. Literalidade do art. 195 do NCPC:

Art. 195. O registro de ato processual eletrônico deverá ser feito em padrões abertos, que atenderão aos requisitos de autenticidade, integridade, temporalidade, não repúdio, conservação e, nos casos que tramitem em segredo de justiça, confidencialidade, observada a infraestrutura de chaves públicas unificada nacionalmente, nos termos da lei.

**Gabarito: Letra E.**

**2.(Instituto AOCP/2023/MPE MS/Analista/Direito) Em um comum acordo, as partes e o juiz possuem interesse em fixar um calendário para a prática dos atos processuais de determinado processo. Considerando o que dispõe o Código de Processo Civil acerca dessa situação, assinale a alternativa correta.**

- A) Não é possível que seja fixado um calendário para os atos de um processo, sendo necessário observar os prazos previstos em lei.
- B) É indispensável a intimação das partes para a prática de ato processual ou a realização de audiência cujas datas tiverem sido designadas no calendário.
- C) O calendário vincula as partes e o juiz, e os prazos nele previstos somente serão modificados em casos excepcionais, devidamente justificados.
- D) A lei estipula que os prazos fixados no calendário necessitam ser iguais para todas as partes que estão vinculadas a ele.
- E) Apesar de não existir previsão legal de um calendário para a prática dos atos processuais, deverá prevalecer a vontade das partes, cabendo ao juiz a função de homologar ou não o acordo celebrado.

### Comentários

Está correta a letra C, por força do que determina o § 1º, do art. 191, do CPC/15:

Art. 191. De comum acordo, o juiz e as partes podem fixar calendário para a prática dos atos processuais, quando for o caso.

§ 1º O calendário vincula as partes e o juiz, e os prazos nele previstos somente serão modificados em casos excepcionais, devidamente justificados.

**Gabarito: "C".**





### 3.(INSTITUTO AOCP/2022/AGESAN RS/Advogado Junior) Considerando o que dispõe o Código de Processo Civil a respeito dos prazos, assinale a alternativa correta.

- A) Na comarca, seção ou subseção judiciária onde for difícil o transporte, o juiz poderá prorrogar os prazos por até 1 (um) mês, sem possibilidade de prorrogação.
- B) Salvo disposição em sentido diverso, considera-se dia do começo do prazo a data de ocorrência da citação ou da intimação, quando ela se der por ato do escrivão ou do chefe de secretaria.
- C) Em qualquer hipótese, os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, independentemente de requerimento.
- D) Salvo disposição em contrário, os prazos serão contados incluindo o dia do começo e excluindo o dia do vencimento.
- E) Em regra, o juiz proferirá os despachos no prazo de 10 (dez) dias; as decisões interlocutórias no prazo de 15 (quinze) dias; e as sentenças no prazo de 90 (noventa) dias.

#### Comentários

Letra A - **Errada**. O citado prazo é de 2 meses. Ademais, há possibilidade de prorrogação. Veja:

Art. 222. Na comarca, seção ou subseção judiciária onde for difícil o transporte, o juiz poderá prorrogar os prazos por até 2 (dois) meses.

§ 2º Havendo calamidade pública, o limite previsto no caput para prorrogação de prazos poderá ser excedido.

Letra B - **Certa**. De acordo com o art. 231, III, do NCPC:

Art. 231. Salvo disposição em sentido diverso, considera-se dia do começo do prazo:

III - a data de ocorrência da citação ou da intimação, quando ela se der por ato do escrivão ou do chefe de secretaria;

Letra C - **Errada**. Não se aplica o disposto em caso de autos eletrônicos.

Art. 229. Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, independentemente de requerimento.

§ 2º Não se aplica o disposto no caput aos processos em autos eletrônicos.

Letra D - **Errada**. Ao contrário, os prazos serão contados excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento, nos termos do art. 224 do CPC/15:

Art. 224. Salvo disposição em contrário, os prazos serão contados excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento.



Letra E - **Errada**. O art. 226 prevê os seguintes prazos:

Art. 226. O juiz proferirá:

- I - os despachos no prazo de 5 (cinco) dias;
- II - as decisões interlocutórias no prazo de 10 (dez) dias;
- III - as sentenças no prazo de 30 (trinta) dias.

**Gabarito: Letra B.**

**4.(INSTITUTO AOCP/2022/MPE MS/Promotor Substituto) De acordo com o Código de Processo Civil de 2015, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.**

I. A participação da Fazenda Pública configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público.

II. Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o Ministério Público.

III. Os atos processuais são públicos, todavia tramitam em segredo de justiça os processos: I - em que o exija o interesse público ou social; II - que versem sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos, guarda de crianças e adolescentes; III - que tratam de improbidade administrativa; IV - em que constem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade e à propriedade e V - que versem sobre arbitragem, inclusive sobre cumprimento de carta arbitral, desde que a confidencialidade estipulada na arbitragem seja comprovada perante o juízo.

IV. Os atos e os termos processuais independem de forma determinada, salvo quando a lei expressamente a exigir, considerando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preenchem a finalidade essencial.

- A) Apenas I e II estão corretas.
- B) Apenas I e IV estão corretas.
- C) Apenas II e III estão corretas.
- D) Apenas II e IV estão corretas.
- E) Apenas III e IV estão corretas.

**Comentários**

Item I - **Errado**. Oposto ao que diz o parágrafo único, do art. 178 do NCPC:

Art. 178. O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na *Constituição Federal* e nos processos que envolvam:





Parágrafo único. A participação da Fazenda Pública não configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público.

Item II - **Certo**. Ordem do art. 180, § 2º, do CPC/15:

Art. 180. O Ministério Público gozará de prazo em dobro para manifestar-se nos autos, que terá início a partir de sua intimação pessoal, nos termos do art. 183, § 1º.

§ 2º Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o Ministério Público.

Item III - **Errado**. Não há previsão de segredo de justiça em caso de improbidade administrativa. Vejamos o que aduz o art. 189 do NCPC:

Art. 189. Os atos processuais são públicos, todavia tramitam em segredo de justiça os processos:

I - em que o exija o interesse público ou social;

II - que versem sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos e guarda de crianças e adolescentes;

III - em que constem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade;

IV - que versem sobre arbitragem, inclusive sobre cumprimento de carta arbitral, desde que a confidencialidade estipulada na arbitragem seja comprovada perante o juízo.

Item IV - **Certo**. Conforme art. 188 do CPC/15:

Art. 188. Os atos e os termos processuais independem de forma determinada, salvo quando a lei expressamente a exigir, considerando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preenchem a finalidade essencial.

**Gabarito: Letra D.**

**5.(INSTITUTO AOCP/2022/MPE MS/Promotor Substituto) Em relação aos prazos processuais, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.**

I. Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, independentemente de requerimento, ainda que se trate de autos eletrônicos.

II. Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o Ministério Público.

III. Na ausência de prazo legal ou judicial, será de 15 (quinze) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.



IV. Quando a lei foi omissa, o juiz determinará os prazos levando em consideração a complexidade do ato.

A) I, II, III e IV estão incorretas.

B) Apenas II e IV estão incorretas.

C) Apenas III está incorreta.

D) I, II, III e IV estão corretas.

E) Apenas I e III estão incorretas.

### Comentários

Item I - **Errado**. Não se aplica o disposto em caso de autos eletrônicos. Veja:

Art. 229. Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, independentemente de requerimento.

§ 2º Não se aplica o disposto no caput aos processos em autos eletrônicos.

Item II - **Certo**. De acordo com o art. 229, § 2º, do NCPC, acima expresso.

Item III - **Errado**. Diversamente do alegado, inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. Note:

Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei.

§ 3º Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.

Item IV - **Certo**. Ordem do art. 218, § 1º, do CPC/15:

Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei.

§ 1º Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato.

**Gabarito: Letra E.**

6.(INSTITUTO AOCP/2022/Prefeitura de Novo Hamburgo RS/Procurador) A Cláudia, procuradora municipal de Novo Hamburgo-RS, foi atribuída ação indenizatória promovida por contribuinte local que pediu reparação após sofrer acidente de trânsito em virtude da precariedade asfáltica da via pública. Citada para contestar a ação, a Fazenda Pública teve prazo decorrido no sistema eletrônico judicial após o transcurso de 15 (quinze) dias úteis. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.



- A) O decurso foi feito de maneira equivocada, uma vez que a Fazenda Pública tem por lei 30 dias úteis (prazo em dobro) para contestar a ação.
- B) Decorrido o prazo, extingue-se o direito de praticar ou de emendar o ato processual, independentemente de declaração judicial, ficando vedado à parte provar que não o realizou por justa causa ou por erro no sistema.
- C) A parte poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor, desde que o faça de maneira tácita.
- D) Salvo disposição em contrário, os prazos serão contados incluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento.
- E) Considera-se dia do começo do prazo a data do recebimento do aviso de recebimento, quando a citação ou a intimação for pelo correio.

### Comentários

Letra A - **Certa**. Prescrição do art. 183 do NCPC:

Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal.

Letra B - **Errada**. Em desacordo com o que prevê o art. 223 do CPC/15:

Art. 223. Decorrido o prazo, extingue-se o direito de praticar ou de emendar o ato processual, independentemente de declaração judicial, ficando assegurado, porém, à parte provar que não o realizou por justa causa.

Letra C - **Errada**. A renúncia deve ser de maneira expressa:

Art. 225. A parte poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor, desde que o faça de maneira expressa.

Letra D - **Errada**. Em dissonância com o que diz o art. 224 do NCPC:

Art. 224. Salvo disposição em contrário, os prazos serão contados excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento.

Letra E - **Errada**. Vejamos o que diz o art. 231, I, do CPC/15:

Art. 231. Salvo disposição em sentido diverso, considera-se dia do começo do prazo:

I - a data de juntada aos autos do aviso de recebimento, quando a citação ou a intimação for pelo correio;

**Gabarito: Letra A.**



7.(Instituto AOCP/2022/CGE MS/Auditor do Estado) Determinado consumidor propôs ação de repetição de indébito pleiteando a devolução de valores pagos indevidamente. Finalizada a instrução, os autos foram conclusos para sentença. Conforme disposição expressa do Código de Processo Civil, o juiz deverá proferir a sentença no prazo de

- A) 15 dias.
- B) 30 dias.
- C) 60 dias.
- D) 90 dias.

### Comentários

Correta a assertiva B, consoante texto do art. 226, III, do NCPC:

Art. 226. O juiz proferirá:

III - as sentenças no prazo de 30 (trinta) dias.

**Gabarito: Letra B.**

8.(Instituto AOCP/2024/Câmara de Bauru/Procurador Legislativo) Sobre as nulidades, assinale a alternativa correta segundo o Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015).

- A) Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, ainda assim a decretação desta pode ser requerida pela parte que lhe deu causa.
- B) Quando a lei prescrever determinada forma, o juiz não poderá considerar válido o ato que, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.
- C) O erro de forma do processo acarreta unicamente a anulação dos atos que não possam ser aproveitados, devendo ser praticados os que forem necessários a fim de se observarem as prescrições legais.
- D) Anulado o ato, consideram-se de nenhum efeito todos os subsequentes que dele dependam, observado que a nulidade de uma parte do ato prejudicará as outras, ainda que dela sejam independentes.
- E) Ainda que possa decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a decretação da nulidade, o juiz a pronunciará e mandará repetir o ato, não podendo suprir-lhe a falta.

### Comentários

Letra A - **Errada**. Em desacordo com o que diz o art. 276 do CPC/15:

Art. 276. Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta não pode ser requerida pela parte que lhe deu causa.

Letra B – **Errada**. Permissão dada pelo art. 277 do NCPC



Art. 277. Quando a lei prescrever determinada forma, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.

Letra C – **Certa**. Por força do disposto no art. 283 do CPC/15:

Art. 283. O erro de forma do processo acarreta unicamente a anulação dos atos que não possam ser aproveitados, devendo ser praticados os que forem necessários a fim de se observarem as prescrições legais.

Letra D – **Errado**. Diferentemente do alegado. Anulado o ato, consideram-se de nenhum efeito todos os subsequentes que dele dependam, todavia, a nulidade de uma parte do ato não prejudicará as outras que dela sejam independentes. Veja:

Art. 281. Anulado o ato, consideram-se de nenhum efeito todos os subsequentes que dele dependam, todavia, a nulidade de uma parte do ato não prejudicará as outras que dela sejam independentes.

Letra E – **Errado**. Observe o que aduz o § 2º, do art. 282, do NCPC:

Art. 282. Ao pronunciar a nulidade, o juiz declarará que atos são atingidos e ordenará as providências necessárias a fim de que sejam repetidos ou retificados.

§ 2º Quando puder decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a decretação da nulidade, o juiz não a pronunciará nem mandará repetir o ato ou suprir-lhe a falta.

Gabarito: Letra C.

## QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

### Perguntas: Atos Processuais

1. De acordo com a legislação processual civil, o juiz poderá determinar a dilação de prazo processual antes de encerrado o prazo regular, a fim de conferir maior efetividade à tutela do direito?

2. As partes capazes podem, antes ou durante o processo, convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, sendo sempre indispensável a homologação judicial para a validade do acordo processual?



3. As partes poderão negociar as datas em que os atos processuais serão praticados, desde que essas datas atendam às especificidades do processo?

---

4. Em mandado de segurança ajuizado contra ato de Presidente de Comissão de licitação da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, foi reconhecido pelo Juiz a inexistência de prova pré-constituída do direito líquido e certo. Em recurso, o impetrante reclama o desrespeito ao devido processo legal e a existência de decisão surpresa, razão pela qual pede a nulidade do ato.

Questionamentos:

- a) Há defeito processual que viola o devido processo legal?
  - b) Há alguma diferenciação ser feita em relação ao conteúdo da decisão surpresa, ou toda e qualquer matéria será assim considerada?
- 

5. Recurso apresentado por empresa de telefonia contra a sentença prolatada que, nos autos da "ação civil pública" ajuizada pelo Ministério Público julgou procedente o pedido inicial. Suscitou preliminar de nulidade da decisão que acolheu os embargos de declaração. Disse que houve cerceamento do seu direito de defesa, uma vez que não foi intimada acerca do possível efeito infringente. Salientou que a decisão lhe foi prejudicial: antes havia sido condenada ao pagamento de indenização por danos morais no importe de R\$ 5.000,00 por cada usuário, limitado até R\$ 1.000.000,00. E com o acolhimento dos aclaratórios passou a ser condenada diretamente ao importe de um milhão de reais.

Questionamentos:

- a) Qual a modalidade de violação ocorrida com a falta de intimação?
  - b) Há condições de superação da invalidade?
- 

6. A autora ajuizou ação indenizatória contra a Secretaria Estadual da Saúde pleiteando indenização por danos morais. Em resposta, a ré arguiu, preliminarmente, sua ilegitimidade passiva ad causam sob o fundamento de que não possui personalidade jurídica. Quanto ao mérito, requereu a improcedência do pedido. Na sequência, autos conclusos.

Questionamentos:

- a) Qual a modalidade de violação que ocorreu na espécie?
- b) Há possibilidade de superação do defeito processual? Justifique apontando os motivos da resposta.





## Perguntas: Nulidades Processuais

1. Em mandado de segurança ajuizado contra ato de Presidente de Comissão de licitação da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, foi reconhecido pelo Juiz a inexistência de prova pré-constituída do direito líquido e certo. Em recurso, o impetrante reclama o desrespeito ao devido processo legal e a existência de decisão surpresa, razão pela qual pede a nulidade do ato.

Questionamentos:

- a. Há defeito processual que viola o devido processo legal?
- b. Há alguma diferenciação ser feita em relação ao conteúdo da decisão surpresa, ou toda e qualquer matéria será assim considerada?

---

2. Recurso apresentado por empresa de telefonia contra a sentença prolatada que, nos autos da "ação civil pública" ajuizada pelo Ministério Público julgou procedente o pedido inicial.

Suscitou preliminar de nulidade da decisão que acolheu os embargos de declaração. Disse que houve cerceamento do seu direito de defesa, uma vez que não foi intimada acerca do possível efeito infringente. Salientou que a decisão lhe foi prejudicial: antes havia sido condenada ao pagamento de indenização por danos morais no importe de R\$ 5.000,00 por cada usuário, limitado até R\$ 1.000.000,00. E com o acolhimento dos aclaratórios passou a ser condenada diretamente ao importe de um milhão de reais.

Questionamentos:

- a) Qual a modalidade de violação ocorrida com a falta de intimação?
- b) Há condições de superação da invalidade?

---

3. A autora ajuizou ação indenizatória contra a Secretaria Estadual da Saúde pleiteando indenização por danos morais. Em resposta, a ré arguiu, preliminarmente, sua ilegitimidade passiva ad causam sob o fundamento de que não possui personalidade jurídica. Quanto ao mérito, requereu a improcedência do pedido. Na sequência, autos conclusos.

Questionamentos:

- a) Qual a modalidade de violação que ocorreu na espécie?



b) Há possibilidade de superação do defeito processual? Justifique apontando os motivos da resposta.

## Perguntas com respostas: Atos Processuais

1. De acordo com a legislação processual civil, o juiz poderá determinar a dilação de prazo processual antes de encerrado o prazo regular, a fim de conferir maior efetividade à tutela do direito?

Correto. Veja o conteúdo do artigo 139:

**Art. 139.** O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe:

I - Assegurar às partes igualdade de tratamento;

II - Velar pela duração razoável do processo;

III - Prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça e indeferir postulações meramente protelatórias;

IV - Determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária;

V - Promover, a qualquer tempo, a autocomposição, preferencialmente com auxílio de conciliadores e mediadores judiciais;

VI - Dilatar os prazos processuais e alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito;

VII - Exercer o poder de polícia, requisitando, quando necessário, força policial, além da segurança interna dos fóruns e tribunais;

VIII - Determinar, a qualquer tempo, o comparecimento pessoal das partes, para inquire-las sobre os fatos da causa, hipótese em que não incidirá a pena de confesso;

IX - Determinar o suprimento de pressupostos processuais e o saneamento de outros vícios processuais;

X - Quando se deparar com diversas demandas individuais repetitivas, oficiar o Ministério Público, a Defensoria Pública e, na medida do possível, outros legitimados a que se referem o art. 5º da Lei no 7.347, de 24 de julho de 1985, e o art. 82 da Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990, para se for o caso, promover a propositura da ação coletiva respectiva.





*Parágrafo único. A dilação de prazos prevista no inciso VI somente pode ser determinada antes de encerrado o prazo regular.*

2. As partes capazes podem, antes ou durante o processo, convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, sendo sempre indispensável a homologação judicial para a validade do acordo processual?

Errado. Não é necessária a homologação do juiz:

**Art. 190.** Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo.

*Parágrafo único.* De ofício ou a requerimento, o juiz controlará a validade das convenções previstas neste artigo, **recusando-lhes aplicação somente nos casos de nulidade ou de inserção abusiva em contrato de adesão ou em que alguma parte se encontre em manifesta situação de vulnerabilidade.**

**Art. 200.** Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade **produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais.**

*Parágrafo único.* A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial.

3. As partes poderão negociar as datas em que os atos processuais serão praticados, desde que essas datas atendam às especificidades do processo?

Correto. Trata-se do calendário processual elaborado pelas partes:

**Art. 191.** De comum acordo, o juiz e as partes podem fixar calendário para a prática dos atos processuais, quando for o caso.

§ 1º O calendário vincula as partes e o juiz, e os prazos nele previstos somente serão modificados em casos excepcionais, devidamente justificados.

§ 2º Dispensa-se a intimação das partes para a prática de ato processual ou a realização de audiência cujas datas tiverem sido designadas no calendário.

4. Em mandado de segurança ajuizado contra ato de Presidente de Comissão de licitação da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, foi reconhecido pelo Juiz a inexistência de prova pré-constituída do direito líquido e certo. Em recurso, o impetrante reclama o desrespeito ao devido processo legal e a existência de decisão surpresa, razão pela qual pede a nulidade do ato.



## Questionamentos:

### a) Há defeito processual que viola o devido processo legal?

O **art. 10 do CPC/2015** estabelece que o juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

Trata-se de proibição de decisão surpresa, também conhecida como decisão de terceira via, contrajulgado que rompe com o modelo de processo cooperativo instituído pelo Código de 2015 para trazer questão o aventada pelo juízo e não ventilada nem pelo autor nem pelo réu.

Com a edição do novo Código de Processo Civil, somente argumentos e fundamentos submetidos à manifestação prévia das partes podem ser aplicados pelo julgador, salvo as exceções previstas no **artigo 9º** desse diploma legal.

O novo sistema processual impôs aos julgadores e partes um procedimento de permanente diálogo, em que a colaboração dos sujeitos processuais na formação da decisão jurisdicional é base de toda a nova sistemática vigente.

A proibição de decisão surpresa, com obediência ao princípio do contraditório, assegura às partes o direito de serem ouvidas de maneira antecipada sobre todas as questões relevantes do processo, ainda que passíveis de conhecimento de ofício pelo magistrado.

Especificamente sobre o caso apresentado, em um primeiro posicionamento, sob a ótica do **artigo 9º do Código de Processo Civil**, que dispõe que “não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida”, parece que seria necessária a intimação do Impetrante para que a parte tivesse a oportunidade de se manifestar especificamente no tocante a prova pré-constituída.

Essa ideia parece ser reforçada ainda mais pelo **artigo 10 do NCPC**, o qual traz o conceito de não surpresa:

**Art. 10.** O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

Por outro lado, sobre esse artigo já se manifestou o Superior Tribunal de Justiça (STJ):

O “fundamento” ao qual se refere o **art. 10 do CPC/2015** é o fundamento jurídico - circunstância de fato qualificada pelo direito, em que se baseia a pretensão ou a defesa, ou que possa ter influência no julgamento, mesmo que superveniente ao ajuizamento da ação - não se confundindo com o fundamento legal (dispositivo de lei regente da matéria). A aplicação do princípio da não surpresa não impõe, portanto, ao julgador que informe previamente às partes quais os dispositivos legais passíveis de aplicação para o exame da causa. O conhecimento geral da lei é presunção jure et de jure (STJ. AgInt no AREsp 978277. Quarta Turma, Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, julgamento em 15/03/2018).



Assim, pautando-se no entendimento do STJ, se no caso em questão não houve qualquer tentativa de prova pré-constituída, ou seja, ausência de envio de qualquer documento passível de interpretação de prova pré-constituída, não haveria necessidade de o Juiz intimar previamente a parte de que aplicará os dispositivos legais, pois são de conhecimento geral.

Ou seja, a impetração do Mandado de Segurança, como outras ações, segue determinado procedimento, estabelecido em lei. Caso a parte não se desincumba de seu ônus, isto é, não apresente as provas no momento oportuno, ocorrerá preclusão.

O fato de as partes não se desincumbirem adequadamente de exercitar o contraditório e os ônus a ele inerentes, não infirma tal princípio. O processo tem um procedimento estabelecido na lei e um tempo de duração, que não volta atrás, com fases preclusivas. A perda de oportunidade pelo decurso do prazo, a falta da produção de prova adequada e mesmo de alegações fundadas, fazem parte das regras do jogo que informam o devido processo legal. O contraditório, nestas situações, não foi executado por vontade das próprias partes, a qual ele poderia aproveitar<sup>1</sup>.

Agora, em outra hipótese, se no caso fossem juntados documentos, porém por alguma questão sanável não foram considerados prova pré-constituída, nesse caso, parece ser exigido a intimação da parte para sua correção. Por exemplo, a parte instrui o pedido com declaração assinada com firma reconhecida, quando o juízo entende que apenas ata notarial é considerada prova pré-constituída, nesse caso sim há motivo para intimação.

Isso porque, a avaliação de documento juntado como prova pré-constituída ou não é uma circunstância de fato que receberá qualificação. Por outro lado, a não juntada de qualquer documento que possa funcionar como prova, e a consequente extinção do processo, trata-se de aplicação de dispositivo processual.

## **b) Há alguma diferenciação ser feita em relação ao conteúdo da decisão surpresa, ou toda e qualquer matéria será assim considerada?**

Sim, existe diferença a ser feita em relação ao conteúdo da decisão surpresa. Primeiro, caberia analisar se ocorreu qualificação jurídica de fato ou mera aplicação de dispositivo legal, por exemplo se nem sequer há fato a ser analisado (ex. mandado de segurança sem nenhum documento). Ainda, caberia analisar se a decisão tinha sua consequência como inevitável, isto é, se existiu prejuízo a parte ou se mesmo que tivesse sido intimada o resultado não tinha o condão de ser modificado.

Além, relativo também ao conteúdo, há determinada parcela da doutrina compreendendo que quem deve ser intimada obrigatoriamente para realizar manifestação para não caracterizar decisão surpresa é a parte que sofrerá decisão contra suas pretensões, pois prevê o **artigo 9º do NCPC**:

---

<sup>1</sup> WAMBIER, Tereza Arruda Alvim [et al.]. **Breves comentários ao Novo Código de Processo Civil**. 3ª ed. Revista dos Tribunais: São Paulo, 2016, p. 96.



**Art. 9º** Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.

Ou seja, decisão a favor da parte não caracteriza surpresa, pois, quando favorável, não há necessidade de contraditório, sendo prescindível sua intimação para manifestação.

Assim, para caracterizar decisão surpresa deve haver: 1) **fato a ser juridicamente qualificado**; 2) **evitabilidade do resultado**; 3) **prejuízo a parte que alega decisão surpresa**.

5. Recurso apresentado por empresa de telefonia contra a sentença prolatada que, nos autos da "ação civil pública" ajuizada pelo Ministério Público julgou procedente o pedido inicial. Suscitou preliminar de nulidade da decisão que acolheu os embargos de declaração. Disse que houve cerceamento do seu direito de defesa, uma vez que não foi intimada acerca do possível efeito infringente. Salientou que a decisão lhe foi prejudicial: antes havia sido condenada ao pagamento de indenização por danos morais no importe de R\$ 5.000,00 por cada usuário, limitado até R\$ 1.000.000,00. E com o acolhimento dos aclaratórios passou a ser condenada diretamente ao importe de um milhão de reais.

**Questionamentos:**

**a) Qual a modalidade de violação ocorrida com a falta de intimação?**

Conforme o Novo Código de Processo Civil, os Embargos de Declaração possuem cabimento no caso de obscuridade, contradição, omissão e erro material. Extrai-se do NCPC:

**Art. 1.022.** Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:

*I - Esclarecer obscuridade ou eliminar contradição;*

*II - Suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;*

*III - Corrigir erro material.*

O artigo 1.023 do Novo Código de Processo Civil determina a intimação do embargado:

**Art. 1.023 [...]**

*§ 2º O juiz intimará o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, caso seu eventual acolhimento implique a modificação da decisão embargada.*

Assim, no presente caso houve violação ao contraditório e do devido processo legal, pois deveriam ter sido aplicadas as normas **dos artigos 1.022 e 1.023 do NCPC**, com a limitação da sentença que julgou os embargos aos casos previstos (obscuridade, contradição, omissão e erro material), bem como deveria ter sido intimada a parte embargada.

**b) Há condições de superação da invalidade?**



A ausência de intimação pode ser superada em alguns casos específicos. No caso de julgamento negativo, quando o julgador percebe que o recurso não será provido, por admissibilidade ou mérito, a intimação do embargado é dispensada, vez que não haverá prejuízo. Entende ainda o Superior Tribunal de Justiça, que não a nulidade quando os embargos de declaração são acolhidos para mera correção de erro material:

*Não se configura cerceamento de defesa ou afronta aos princípios do contraditório e do devido processo legal a ausência de intimação da parte adversa, quando os embargos de declaração são acolhidos para mera correção de erro material, sem que haja fato novo trazido unilateralmente pela parte contrária<sup>2</sup>.*

Assim, nesses casos não haveria nulidade pela falta de intimação, uma vez que não há qualquer prejuízo.

**6. A autora ajuizou ação indenizatória contra a Secretaria Estadual da Saúde pleiteando indenização por danos morais. Em resposta, a ré arguiu, preliminarmente, sua ilegitimidade passiva ad causam sob o fundamento de que não possui personalidade jurídica. Quanto ao mérito, requereu a improcedência do pedido. Na sequência, autos conclusos.**

**Questionamentos:**

**a) Qual a modalidade de violação que ocorreu na espécie?**

Entende-se que a ausência de capacidade processual para ser parte, ou o que também é chamado por capacidade judiciária de uma das partes para figurar no polo do processo implicaria violação aos pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo.

Nesse sentido, lecionam Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery: "A capacidade das partes e a regularidade de sua representação judicial são pressupostos processuais de validade. A falta desses pressupostos acarreta a extinção do processo sem resolução do mérito (CPC 267 IV)"<sup>3</sup>.

**b) Há possibilidade de superação do defeito processual? Justifique apontando os motivos da resposta.**

Nos termos do **art. 338 do CPC**, diante da alegação de ilegitimidade passiva do réu, o juiz facultará ao autor a alteração da petição inicial para substituição do réu.

Ainda que o dispositivo mencionado trate especificamente da questão da ilegitimidade, e, no caso concreto, entende-se estar diante de um pressuposto de constituição e validade do processo, o conjunto de princípios do atual código de processual permitiria a sua aplicação por analogia.

<sup>2</sup> STJ - REsp: 1524271 RS 2015/0072824-7, Relator: Ministro BENEDITO GONÇALVES, Data de Publicação: DJ 30/04/2018.

<sup>3</sup> In TJSC, AC n. 2008.046505-9, rel. Des. Gerson Cherem II, j. 30.10.14.



Isso porque o CPC de 2015 trouxe previsão expressa do que é chamado de “princípio da primazia do julgamento de mérito” conforme texto **do art. 4:** “As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa”.

Assim, visando a concretizar o princípio da primazia do julgamento de mérito, **o artigo 139, incisos VI e IX**, dispõe ser dever do juiz conferir efetividade à tutela de direitos e “determinar o suprimimento de pressupostos processuais e o saneamento de outros vícios processuais”.

**O Artigo 76, do novo CPC**, por seu turno, observando tal princípio dispõe que, verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará prazo razoável para que seja sanado o vício.

Por força do § 2º do mencionado artigo, a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte poderá ser sanada até mesmo na fase recursal, inclusive nos Tribunais Superiores.

Nesse sentido, é oportuno observar que **o artigo 352 do Novo CPC** versa que “verificando a existência de irregularidades ou de vícios sanáveis, o juiz determinará sua correção em prazo nunca superior a 30 (trinta) dias”.

Da mesma forma, em homenagem ao princípio em questão, **o artigo 485, § 7º**, aduz que interposta a apelação em qualquer dos casos de que tratam os incisos desse artigo, o Juiz terá 5 (cinco) dias para retratar-se.

Portanto, por força do princípio da primazia do julgamento de mérito, o Juiz poderá retratar-se em todas as hipóteses de extinção da ação sem resolução de mérito previstas nos incisos do artigo 485, do novo Código Processual.

*e) ter sido homologada” pelo Superior Tribunal de Justiça (CF/88: “Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça: I - processar e julgar, originariamente: [...] i) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias;”).*

## Perguntas com respostas: Nulidades Processuais

1. Em mandado de segurança ajuizado contra ato de Presidente de Comissão de licitação da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, foi reconhecido pelo Juiz a inexistência de prova pré-constituída do direito líquido e certo. Em recurso, o impetrante reclama o desrespeito ao devido processo legal e a existência de decisão surpresa, razão pela qual pede a nulidade do ato.

Questionamentos:

a) Há defeito processual que viola o devido processo legal?

O **art. 10 do CPC/2015** estabelece que o juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes





oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

Trata-se de proibição de decisão surpresa, também conhecida como decisão de terceira via, contra julgado que rompe com o modelo de processo cooperativo instituído pelo Código de 2015 para trazer questão aventada pelo juízo e não ventilada nem pelo autor nem pelo réu.

Com a edição do novo Código de Processo Civil, somente argumentos e fundamentos submetidos à manifestação prévia das partes podem ser aplicados pelo julgador, salvo as exceções previstas no **artigo 9º** desse diploma legal.

O novo sistema processual impôs aos julgadores e partes um procedimento de permanente diálogo, em que a colaboração dos sujeitos processuais na formação da decisão jurisdicional é base de toda a nova sistemática vigente.

A proibição de decisão surpresa, com obediência ao princípio do contraditório, assegura às partes o direito de serem ouvidas de maneira antecipada sobre todas as questões relevantes do processo, ainda que passíveis de conhecimento de ofício pelo magistrado.

Especificamente sobre o caso apresentado, em um primeiro posicionamento, sob a ótica do **artigo 9º do Código de Processo Civil**, que dispõe que “não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida”, parece que seria necessária a intimação do Impetrante para que a parte tivesse a oportunidade de se manifestar especificamente no tocante a prova pré-constituída.

Essa ideia parece ser reforçada ainda mais pelo **artigo 10 do NCPC**, o qual traz o conceito de não surpresa:

**Art. 10.** O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

Por outro lado, sobre esse artigo já se manifestou o Superior Tribunal de Justiça (STJ):

O “fundamento” ao qual se refere o **art. 10 do CPC/2015** é o fundamento jurídico - circunstância de fato qualificada pelo direito, em que se baseia a pretensão ou a defesa, ou que possa ter influência no julgamento, mesmo que superveniente ao ajuizamento da ação - não se confundindo com o fundamento legal (dispositivo de lei regente da matéria). A aplicação do princípio da não surpresa não impõe, portanto, ao julgador que informe previamente às partes quais os dispositivos legais passíveis de aplicação para o exame da causa. O conhecimento geral da lei é presunção jure et de jure (STJ. AgInt no AREsp 978277. Quarta Turma, Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, julgamento em 15/03/2018).



Assim, pautando-se no entendimento do STJ, se no caso em questão não houve qualquer tentativa de prova pré-constituída, ou seja, ausência de envio de qualquer documento passível de interpretação de prova pré-constituída, não haveria necessidade de o Juiz intimar previamente a parte de que aplicará os dispositivos legais, pois são de conhecimento geral.

Ou seja, a impetração do Mandado de Segurança, como outras ações, segue determinado procedimento, estabelecido em lei. Caso a parte não se desincumba de seu ônus, isto é, não apresente as provas no momento oportuno, ocorrerá preclusão.

O fato de as partes não se desincumbirem adequadamente de exercitar o contraditório e os ônus a ele inerentes, não infirma tal princípio. O processo tem um procedimento estabelecido na lei e um tempo de duração, que não volta atrás, com fases preclusivas. A perda de oportunidade pelo decurso do prazo, a falta da produção de prova adequada e mesmo de alegações fundadas, fazem parte das regras do jogo que informam o devido processo legal. O contraditório, nestas situações, não foi executado por vontade das próprias partes, a qual ele poderia aproveitar<sup>4</sup>.

Agora, em outra hipótese, se no caso fossem juntados documentos, porém por alguma questão sanável não foram considerados prova pré-constituída, nesse caso, parece ser exigido a intimação da parte para sua correção. Por exemplo, a parte instrui o pedido com declaração assinada com firma reconhecida, quando o juízo entende que apenas ata notarial é considerada prova pré-constituída, nesse caso sim há motivo para intimação.

Isso porque, a avaliação de documento juntado como prova pré-constituída ou não é uma circunstância de fato que receberá qualificação. Por outro lado, a não juntada de qualquer documento que possa funcionar como prova, e a conseguinte extinção do processo, trata-se de aplicação de dispositivo processual.

#### **b) Há alguma diferenciação ser feita em relação ao conteúdo da decisão surpresa, ou toda e qualquer matéria será assim considerada?**

Sim, existe diferença a ser feita em relação ao conteúdo da decisão surpresa. Primeiro, caberia analisar se ocorreu qualificação jurídica de fato ou mera aplicação de dispositivo legal, por exemplo se nem sequer há fato a ser analisado (ex. mandado de segurança sem nenhum documento). Ainda, caberia analisar se a decisão tinha sua consequência como inevitável, isto é, se existiu prejuízo a parte ou se mesmo que tivesse sido intimada o resultado não tinha o condão de ser modificado.

---

<sup>4</sup> WAMBIER, Tereza Arruda Alvim [et al.]. **Breves comentários ao Novo Código de Processo Civil**. 3ª ed. Revista dos Tribunais: São Paulo, 2016, p. 96.





Além, relativo também ao conteúdo, há determinada parcela da doutrina compreendendo que quem deve ser intimada obrigatoriamente para realizar manifestação para não caracterizar decisão surpresa é a parte que sofrerá decisão contra suas pretensões, pois prevê o **artigo 9º do NCPC**:

**Art. 9º** Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.

Ou seja, decisão a favor da parte não caracteriza surpresa, pois, quando favorável, não há necessidade de contraditório, sendo prescindível sua intimação para manifestação.

Assim, para caracterizar decisão surpresa deve haver: **1) fato a ser juridicamente qualificado; 2) evitabilidade do resultado; 3) prejuízo a parte que alega decisão surpresa.**

**2. Recurso apresentado por empresa de telefonia contra a sentença prolatada que, nos autos da "ação civil pública" ajuizada pelo Ministério Público julgou procedente o pedido inicial.**

Suscitou preliminar de nulidade da decisão que acolheu os embargos de declaração. Disse que houve cerceamento do seu direito de defesa, uma vez que não foi intimada acerca do possível efeito infringente. Salientou que a decisão lhe foi prejudicial: antes havia sido condenada ao pagamento de indenização por danos morais no importe de R\$ 5.000,00 por cada usuário, limitado até R\$ 1.000.000,00. E com o acolhimento dos aclaratórios passou a ser condenada diretamente ao importe de um milhão de reais.

**Questionamentos:**

**a) Qual a modalidade de violação ocorrida com a falta de intimação?**

Conforme o Novo Código de Processo Civil, os Embargos de Declaração possuem cabimento no caso de obscuridade, contradição, omissão e erro material. Extraí-se do NCPC:

**Art. 1.022.** Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:

*I - Esclarecer obscuridade ou eliminar contradição;*

*II - Suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;*

*III - corrigir erro material.*

O artigo 1.023 do Novo Código de Processo Civil determina a intimação do embargado:

**Art. 1.023 [...]**



*§ 2º O juiz intimará o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, caso seu eventual acolhimento implique a modificação da decisão embargada.*

Assim, no presente caso houve violação ao contraditório e do devido processo legal, pois deveriam ter sido aplicadas as normas dos **artigos 1.022 e 1.023 do NCPC**, com a limitação da sentença que julgou os embargos aos casos previstos (obscuridade, contradição, omissão e erro material), bem como deveria ter sido intimada a parte embargada.

#### **b) Há condições de superação da invalidade?**

A ausência de intimação pode ser superada em alguns casos específicos. No caso de julgamento negativo, quando o julgador percebe que o recurso não será provido, por admissibilidade ou mérito, a intimação do embargado é dispensada, vez que não haverá prejuízo. Entende ainda o Superior Tribunal de Justiça, que não a nulidade quando os embargos de declaração são acolhidos para mera correção de erro material:

*Não se configura cerceamento de defesa ou afronta aos princípios do contraditório e do devido processo legal a ausência de intimação da parte adversa, quando os embargos de declaração são acolhidos para mera correção de erro material, sem que haja fato novo trazido unilateralmente pela parte contrária<sup>5</sup>.*

Assim, nesses casos não haveria nulidade pela falta de intimação, uma vez que não há qualquer prejuízo.

---

**3. A autora ajuizou ação indenizatória contra a Secretaria Estadual da Saúde pleiteando indenização por danos morais. Em resposta, a ré arguiu, preliminarmente, sua ilegitimidade passiva ad causam sob o fundamento de que não possui personalidade jurídica. Quanto ao mérito, requereu a improcedência do pedido. Na sequência, autos conclusos.**

#### **Questionamentos:**

##### **a) Qual a modalidade de violação que ocorreu na espécie?**

Entende-se que a ausência de capacidade processual para ser parte, ou o que também é chamado por capacidade judiciária de uma das partes para figurar no polo do processo implicaria violação aos pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo.

---

<sup>5</sup> STJ - REsp: 1524271 RS 2015/0072824-7, Relator: Ministro BENEDITO GONÇALVES, Data de Publicação: DJ 30/04/2018.



Nesse sentido, lecionam Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery: "A capacidade das partes e a regularidade de sua representação judicial são pressupostos processuais de validade. A falta desses pressupostos acarreta a extinção do processo sem resolução do mérito (CPC 267 IV)"<sup>6</sup>.

**b) Há possibilidade de superação do defeito processual? Justifique apontando os motivos da resposta.**

Nos termos do **art. 338 do CPC**, diante da alegação de ilegitimidade passiva do réu, o juiz facultará ao autor a alteração da petição inicial para substituição do réu.

Ainda que o dispositivo mencionado trate especificamente da questão da ilegitimidade, e, no caso concreto, entende-se estar diante de um pressuposto de constituição e validade do processo, o conjunto de princípios do atual código de processual permitiria a sua aplicação por analogia.

Isso porque o CPC de 2015 trouxe previsão expressa do que é chamado de "princípio da primazia do julgamento de mérito" conforme texto do **art. 4º**: "As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa".

Assim, visando a concretizar o princípio da primazia do julgamento de mérito, o **artigo 139, incisos VI e IX**, dispõe ser dever do juiz conferir efetividade à tutela de direitos e "determinar o suprimento de pressupostos processuais e o saneamento de outros vícios processuais".

O **Artigo 76, do novo CPC**, por seu turno, observando tal princípio dispõe que, verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará prazo razoável para que seja sanado o vício.

Por força do § 2º do mencionado artigo, a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte poderá ser sanada até mesmo na fase recursal, inclusive nos Tribunais Superiores.

Nesse sentido, é oportuno observar que o **artigo 352 do Novo CPC** versa que "verificando a existência de irregularidades ou de vícios sanáveis, o juiz determinará sua correção em prazo nunca superior a 30 (trinta) dias".

Da mesma forma, em homenagem ao princípio em questão, o **artigo 485, § 7º**, aduz que interposta a apelação em qualquer dos casos de que tratam os incisos desse artigo, o Juiz terá 5 (cinco) dias para retratar-se.

Portanto, por força do princípio da primazia do julgamento de mérito, o Juiz poderá retratar-se em todas as hipóteses de extinção da ação sem resolução de mérito previstas

---

<sup>6</sup> In TJSC, AC n. 2008.046505-9, rel. Des. Gerson Cherem II, j. 30.10.14.



nos incisos do artigo 485, do novo Código Processual.

## LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1.(INSTITUTO AOCP/2024/TRF 2ª REGIÃO/Analista Judiciário) Gilberto, analista judiciário na Justiça Federal, recém assumiu o cargo e pretende praticar os atos processuais de sua competência de acordo com a regra aplicável; além disso, deve certificar aqueles praticados em desconformidade. Considerando a intenção de Gilberto, assinale a alternativa que apresenta a prática de ato processual que está de acordo com o disposto no Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015).

- A) À parte, ao procurador, ao membro do Ministério Público, ao defensor público e aos auxiliares da justiça é vedado rubricar as folhas correspondentes aos atos em que intervierem.
- B) Os atos e os termos do processo serão assinados pelas pessoas que neles intervierem, e, quando essas não puderem ou não quiserem firmá-los, o escrivão ou o chefe de secretaria suprirá a assinatura por meio de ato ordinatório.
- C) Quando se tratar de processo total ou parcialmente documentado em autos eletrônicos, os atos processuais praticados na presença do juiz poderão ser produzidos e armazenados de modo integralmente digital em arquivo eletrônico inviolável, na forma da lei, mediante registro em termo, que será assinado exclusivamente pelo juiz, dispensada a assinatura pelos advogados das partes.
- D) Não se admitem nos atos e termos processuais espaços em branco, inclusive os que forem inutilizados, assim como entrelinhas, emendas ou rasuras.
- E) O registro de ato processual eletrônico deverá ser feito em padrões abertos, que atenderão aos requisitos de autenticidade, integridade, temporalidade, não repúdio, conservação e, nos casos que tramitem em segredo de justiça, confidencialidade, observada a infraestrutura de chaves públicas unificada nacionalmente, nos termos da lei.

2.(Instituto AOCP/2023/MPE MS/Analista/Direito) Em um comum acordo, as partes e o juiz possuem interesse em fixar um calendário para a prática dos atos processuais de determinado processo. Considerando o que dispõe o Código de Processo Civil acerca dessa situação, assinale a alternativa correta.

- A) Não é possível que seja fixado um calendário para os atos de um processo, sendo necessário observar os prazos previstos em lei.
- B) É indispensável a intimação das partes para a prática de ato processual ou a realização de audiência cujas datas tiverem sido designadas no calendário.



- C) O calendário vincula as partes e o juiz, e os prazos nele previstos somente serão modificados em casos excepcionais, devidamente justificados.
- D) A lei estipula que os prazos fixados no calendário necessitam ser iguais para todas as partes que estão vinculadas a ele.
- E) Apesar de não existir previsão legal de um calendário para a prática dos atos processuais, deverá prevalecer a vontade das partes, cabendo ao juiz a função de homologar ou não o acordo celebrado.

### 3.(INSTITUTO AOCP/2022/AGESAN RS/Advogado Junior) Considerando o que dispõe o Código de Processo Civil a respeito dos prazos, assinale a alternativa correta.

- A) Na comarca, seção ou subseção judiciária onde for difícil o transporte, o juiz poderá prorrogar os prazos por até 1 (um) mês, sem possibilidade de prorrogação.
- B) Salvo disposição em sentido diverso, considera-se dia do começo do prazo a data de ocorrência da citação ou da intimação, quando ela se der por ato do escrivão ou do chefe de secretaria.
- C) Em qualquer hipótese, os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, independentemente de requerimento.
- D) Salvo disposição em contrário, os prazos serão contados incluindo o dia do começo e excluindo o dia do vencimento.
- E) Em regra, o juiz proferirá os despachos no prazo de 10 (dez) dias; as decisões interlocutórias no prazo de 15 (quinze) dias; e as sentenças no prazo de 90 (noventa) dias.

### 4.(INSTITUTO AOCP/2022/MPE MS/Promotor Substituto) De acordo com o Código de Processo Civil de 2015, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

- I. A participação da Fazenda Pública configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público.
- II. Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o Ministério Público.
- III. Os atos processuais são públicos, todavia tramitam em segredo de justiça os processos: I - em que o exija o interesse público ou social; II - que versem sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos, guarda de crianças e adolescentes; III - que tratam de improbidade administrativa; IV - em que constem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade e à propriedade e V - que versem sobre arbitragem, inclusive sobre cumprimento de carta arbitral, desde que a confidencialidade estipulada na arbitragem seja comprovada perante o juízo.



IV. Os atos e os termos processuais independem de forma determinada, salvo quando a lei expressamente a exigir, considerando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preenchem a finalidade essencial.

- A) Apenas I e II estão corretas.
- B) Apenas I e IV estão corretas.
- C) Apenas II e III estão corretas.
- D) Apenas II e IV estão corretas.
- E) Apenas III e IV estão corretas.

**5.(INSTITUTO AOCP/2022/MPE MS/Promotor Substituto) Em relação aos prazos processuais, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.**

I. Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, independentemente de requerimento, ainda que se trate de autos eletrônicos.

II. Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o Ministério Público.

III. Na ausência de prazo legal ou judicial, será de 15 (quinze) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.

IV. Quando a lei foi omissa, o juiz determinará os prazos levando em consideração a complexidade do ato.

- A) I, II, III e IV estão incorretas.
- B) Apenas II e IV estão incorretas.
- C) Apenas III está incorreta.
- D) I, II, III e IV estão corretas.
- E) Apenas I e III estão incorretas.

**6.(INSTITUTO AOCP/2022/Prefeitura de Novo Hamburgo RS/Procurador) A Cláudia, procuradora municipal de Novo Hamburgo-RS, foi atribuída ação indenizatória promovida por contribuinte local que pediu reparação após sofrer acidente de trânsito em virtude da precariedade asfáltica da via pública. Citada para contestar a ação, a Fazenda Pública teve prazo decorrido no sistema eletrônico judicial após o transcurso de 15 (quinze) dias úteis. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.**

A) O decurso foi feito de maneira equivocada, uma vez que a Fazenda Pública tem por lei 30 dias úteis (prazo em dobro) para contestar a ação.





- B) Decorrido o prazo, extingue-se o direito de praticar ou de emendar o ato processual, independentemente de declaração judicial, ficando vedado à parte provar que não o realizou por justa causa ou por erro no sistema.
- C) A parte poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor, desde que o faça de maneira tácita.
- D) Salvo disposição em contrário, os prazos serão contados incluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento.
- E) Considera-se dia do começo do prazo a data do recebimento do aviso de recebimento, quando a citação ou a intimação for pelo correio.

**7.(Instituto AOCP/2022/CGE MS/Auditor do Estado) Determinado consumidor propôs ação de repetição de indébito pleiteando a devolução de valores pagos indevidamente. Finalizada a instrução, os autos foram conclusos para sentença. Conforme disposição expressa do Código de Processo Civil, o juiz deverá proferir a sentença no prazo de**

- A) 15 dias.
- B) 30 dias.
- C) 60 dias.
- D) 90 dias.

**8.(Instituto AOCP/2024/Câmara de Bauru/Procurador Legislativo) Sobre as nulidades, assinale a alternativa correta segundo o Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015).**

- A) Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, ainda assim a decretação desta pode ser requerida pela parte que lhe deu causa.
- B) Quando a lei prescrever determinada forma, o juiz não poderá considerar válido o ato que, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.
- C) O erro de forma do processo acarreta unicamente a anulação dos atos que não possam ser aproveitados, devendo ser praticados os que forem necessários a fim de se observarem as prescrições legais.
- D) Anulado o ato, consideram-se de nenhum efeito todos os subsequentes que dele dependam, observado que a nulidade de uma parte do ato prejudicará as outras, ainda que dela sejam independentes.
- E) Ainda que possa decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a decretação da nulidade, o juiz a pronunciará e mandará repetir o ato, não podendo suprir-lhe a falta.





## Gabarito



1. E
2. C
3. B
4. D
5. E
6. A
7. B
8. C



# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.